



**Actualização do Estudo de  
Avaliação Intercalar do  
Programa Operacional Plurifundos  
da Região Autónoma da Madeira  
2000-2006 (QCA III)**



**RELATÓRIO FINAL**  
(Anexos)



*Este documento corresponde ao Volume de Anexos do Relatório Final Preliminar da Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III), elaborado pelas unidades técnicas das empresas CEDRU, Lda. e Quatenaire Portugal, S.A., sob a coordenação técnica e científica do Dr. Heitor Gomes, do Dr. Carlos Ferreira e do Dr. Rodrigo Meireles.*



**Coordenação**

Heitor Gomes

**Núcleo de Coordenação**

Carlos Ferreira

Rodrigo Meireles

**Equipa Técnica**

Carla Figueiredo

Francisco Avillez

Isabel Leal

Joana Pinho

João Queirós

Luís Carvalho

Nuno Pereira

Paulo Feliciano

Sérgio Costa

Sónia Trindade



Síntese da Estratégia e dos Objectivos do POPRAM III.....	1
Estrutura do Programa por Eixos Prioritários e Medidas.....	2
Desempenho Financeiro do POPRAM III – Ponto de Situação Reportado a 30 de Junho 2005 .....	4
Síntese da Abordagem Metodológica .....	7
Abordagem Metodológica à Análise dos <i>Impactes</i> da Melhoria da Qualidade Ambiental .....	9
Abordagem Metodológica à Análise Específica da Medida 1.5 – Competências Humanas e Equidade Social .....	17
Análise Temática Aprofundada (Quadros de Apoio).....	18
Sistematização das Principais Intervenções dos Participantes no <i>Focus Group</i> “Projectos Imateriais” .....	23
Documento de Apoio ao <i>Focus Group</i> “Projectos Imateriais”.....	26
Documento Específico FEOGA-O.....	34
Indicadores Físicos por Medida.....	38





### Grandes Objectivos:

- ✓ Reforçar a competitividade e o posicionamento geoestratégico da economia madeirense;
- ✓ Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano;
- ✓ Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.

### Objectivos Específicos:

- ✓ Fortalecer e promover a eficiência da base empresarial e produtiva;
- ✓ Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação;
- ✓ Reforçar o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços associados à Sociedade da Informação;
- ✓ Melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes em termos de infra-estruturas físicas e de serviços de transportes e comunicações;
- ✓ Promover a coesão interna e a melhoria da qualidade de vida;
- ✓ Preservar e valorizar o ambiente e o património natural, urbano e cultural.

### Linhas Estratégicas de Acção:

- ✓ Valorização do potencial turístico, cultural e do lazer, consolidando as características de destino de qualidade;
- ✓ Reforço de um conjunto de factores e de estímulos que possibilitem a potenciação do desenvolvimento endógeno e específico, a promoção das capacidades de empreendimento de iniciativas empresariais criadoras de emprego e a diversificação da base produtiva;
- ✓ Potenciação do desenvolvimento científico e tecnológico da RAM em áreas estratégicas e promoção da inovação;
- ✓ Desenvolvimento de condições potenciadoras do aproveitamento das oportunidades oferecidas à Região pelas novas tecnologias da informação e comunicação;
- ✓ Apoio à internacionalização e melhoria das condições de acesso aos mercados e à informação, bem como à cooperação e inserção em redes;
- ✓ Melhoria das qualificações, das competências humanas e da empregabilidade;
- ✓ Criação de condições para reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento, para a preservação, recuperação e promoção da gestão sustentável dos recursos naturais estratégicos e para a melhoria da qualidade de vida e das condições básicas de desenvolvimento;
- ✓ Criação de condições para uma maior coesão e valorização social.

## EIXO PRIORITÁRIO 1 – DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE EXCELÊNCIA EURO-ATLÂNTICA

### Medida 1.1 – Valorização do Potencial Turístico, Cultural e do Lazer

- Acção 1.1.1 – Criação/Consolidação de Infra-estruturas e Equipamentos Turísticos e de Lazer
- Acção 1.1.2 – Valorização do Património Histórico e da Oferta Cultural
- Acção 1.1.3 – Promoção da Procura Turística
- Acção 1.1.4 – Apoio a Iniciativas no Domínio da Animação Turística

### Medida 1.2 – Estímulo à Inovação e Sociedade da Informação

- Acção 1.2.1 – Promoção da Acessibilidade e dos Serviços e Aplicações no Domínio da Sociedade da Informação
- Acção 1.2.2 – Desenvolvimento de um Ambiente Favorável à Inovação
- Acção 1.2.3 – Promoção da Internacionalização

### Medida 1.3 – Melhoria das Acessibilidades Exteriores

- Acção 1.3.1 – Melhoria das Ligações Rodoviárias aos Pontos de Acesso ao Exterior
- Acção 1.3.2 – Melhoria das Infra-estruturas e dos Serviços de Transportes Marítimos

### Medida 1.4 – Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território

- Acção 1.4.1 – Melhoria dos Sistemas de Informação e de Apoio à Gestão Ambiental
- Acção 1.4.2 – Requalificação do Ambiente Urbano e da Paisagem
- Acção 1.4.3 – Ordenamento da Orla Costeira e de Cursos de Água
- Acção 1.4.4 – Infra-estruturas de Saneamento Básico
- Acção 1.4.5 – Infra-estruturas de Abastecimento de Água

### Medida 1.5 – Competências Humanas e Equidade Social

- Acção 1.5.1 – Qualificação de Jovens Fora do Sistema de Ensino
- Acção 1.5.2 – Qualificação de Jovens Dentro do Sistema de Ensino
- Acção 1.5.3 – Formação de Activos
- Acção 1.5.4 – Inovação, Ciência e Tecnologia
- Acção 1.5.5 – Apoio a Indivíduos com Dificuldades de Inserção
- Acção 1.5.6 – Formação de Formadores e Professores
- Acção 1.5.7 – Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridas ao Longo da Vida
- Acção 1.5.8 – Formação Profissional de Adultos Desempregados
- Acção 1.5.9 – Apoio à Inserção Profissional de Jovens
- Acção 1.5.10 – Apoio à Reinserção Profissional de Adultos
- Acção 1.5.11 – Apoio à Inserção de Beneficiários do Sistema de Protecção Social
- Acção 1.5.12 – Apoio ao Desenvolvimento Local do Emprego

### Medida 1.6 – Melhoria do Abastecimento Público de Água Potável

- Acção 1.6.1 – Infra-estruturas de Abastecimento de Água

## EIXO PRIORITÁRIO 2 – CONSOLIDAÇÃO DA BASE ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

### Medida 2.1 – Agricultura e Desenvolvimento Rural

- Acção 2.1.1 – Modernização e Reversão das Explorações Agrícolas
  - Sub-acção 2.1.1.1 – Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas
  - Sub-acção 2.1.1.2 – Apoio à Instalação de Jovens Agricultores
- Acção 2.1.2 – Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas
  - Sub-acção 2.1.2.1 – Melhoria da Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas
  - Sub-acção 2.1.2.2 – Desenvolvimento de Produtos de Qualidade
- Acção 2.1.3 – Infra-estruturas
  - Sub-acção 2.1.3.1 – Regadios
  - Sub-acção 2.1.3.2 – Caminhos Agrícolas e Rurais
  - Sub-acção 2.1.3.3 – Electrificação
  - Sub-acção 2.1.3.4 – Emparcelamento Rural e Florestal
- Acção 2.1.4 – Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração
  - Sub-acção 2.1.4.1 – Desenvolvimento Experimental e Demonstração
  - Sub-acção 2.1.4.2 – Redução de Riscos na Distribuição e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos



- Acção 2.1.5 – Serviços Agro-rurais Especializados
  - Sub-acção 2.1.5.1 – Instalação de Serviços de Substituição, de Gestão das Empresas Agrícolas, e de Serviços Produtivos Comuns
  - Sub-acção 2.1.5.2 – Desenvolvimento de Outros Serviços Agro-rurais Especializados
  - Sub-acção 2.1.5.3 – Dinamização de Projectos de Desenvolvimento Agrícola e Rural
- Acção 2.1.6 – Silvicultura
  - Sub-acção 2.1.6.1 – Florestação e Beneficiação Florestal
  - Sub-acção 2.1.6.2 – Colheita, Transformação e Comercialização de Produtos Silvícolas
  - Sub-acção 2.1.6.3 – Organizações de Proprietários Florestais
  - Sub-acção 2.1.6.4 – Prevenção de Riscos e Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola
  - Sub-acção 2.1.6.5 – Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público
- Acção 2.1.7 – Preservação e Valorização do Ambiente e do Património Rural
  - Sub-acção 2.1.7.1 – Recuperação e Valorização do Património Associado às Actividades Agrícolas
  - Sub-acção 2.1.7.2 – Diversificação de Actividades no Domínio Agrícola ou Próximo da Agricultura
  - Sub-acção 2.1.7.3 – Preservação e Valorização da Paisagem e Protecção do Ambiente
- Acção 2.1.8 – Reconstituição do Potencial Produtivo Agrícola
- Acção 2.1.9 – Engenharia Financeira
- Acção 2.1.10 – Infra-estruturas Regionais de Abate

### Medida 2.2 – Pescas e Aquicultura

- Acção 2.2.1 – Ajustamento do Esforço de Pesca
  - Sub-acção 2.2.1.1 – Demolição
- Acção 2.2.2 – Outras Acções – Modernização da Pesca, Desenvolvimento de Actividades Marinhas e Outras de Interesse para o Sector
  - Sub-acção 2.2.2.1 – Construção de Embarcações
  - Sub-acção 2.2.2.2 – Modernização de Embarcações
  - Sub-acção 2.2.2.3 – Aquicultura
  - Sub-acção 2.2.2.4 – Protecção e Desenvolvimento dos Recursos aquáticos
  - Sub-acção 2.2.2.5 – Transformação e Comercialização de Produtos da Pesca e Aquicultura
  - Sub-acção 2.2.2.6 – Equipamento dos Portos de Pesca
  - Sub-acção 2.2.2.7 – Promoção de Produtos da Pesca
  - Sub-acção 2.2.2.9 – Medidas de Carácter Sócio-económico
  - Sub-acção 2.2.2.10 – Acções Inovadoras
  - Sub-acção 2.2.2.12 – Paragem Temporária das Actividades e Outras Compensações Financeiras

### Medida 2.3 – Competitividade e Eficiência Económica

- Acção 2.3.1 – Incentivos à Criação de PME's e à Promoção da Eficiência Empresarial
- Acção 2.3.2 – Dinamização da Envolvente Empresarial
- Acção 2.3.3 – Infra-estruturas de Acolhimento das Actividades Económicas
- Acção 2.3.4 – Infra-estruturas Energéticas

### Medida 2.4 – Melhoria das Acessibilidades Internas

- Acção 2.4.1 – Acessibilidades Regionais
- Acção 2.4.2 – Acessibilidades Locais

### Medida 2.5 – Coesão e Valorização Social

- Acção 2.5.1 – Infra-estruturas e Equipamentos de Ensino
- Acção 2.5.2 – Infra-estruturas e Equipamentos de Inserção e Valorização Social
- Acção 2.5.3 – Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde

### Medida 2.6 – Intervenção Integrada do Porto Santo

- Acção 2.6.1 – Acessibilidades Locais
- Acção 2.6.2 – Acessibilidades Regionais
- Acção 2.6.3 – Infra-estruturas de Apoio à Actividade Económica
- Acção 2.6.4 – Ordenamento e Valorização do Território
- Acção 2.6.5 – Promoção Turística e Criação de Infra-estruturas e Equipamentos Turísticos

### Linha de Assistência Técnica

- Linha de Assistência Técnica FEDER
- Linha de Assistência Técnica FSE
- Linha de Assistência Técnica FEOGA-O
- Linha de Assistência Técnica IFOP



**DESEMPENHO FINANCEIRO DO POPRAM III**  
**PONTO DE SITUAÇÃO REPORTADO A 30 DE JUNHO DE 2005**

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Programação (€)					
		2000/06			2000/04		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
<b>POPRAM III</b>	<b>Total</b>	<b>1.230.285.455</b>	<b>1.127.576.852</b>	<b>739.847.621</b>	<b>879.122.220</b>	<b>815.628.521</b>	<b>540.856.395</b>
	FEDER	928.472.095	861.526.846	521.711.621	658.261.857	624.779.557	386.318.391
	FSE	132.705.314	129.789.917	110.321.000	93.022.348	90.144.432	76.623.768
	FEOGA-O	138.785.589	112.713.164	90.353.000	102.025.095	81.312.862	63.662.702
	IFOP	30.322.457	23.546.925	17.462.000	25.812.920	19.391.670	14.251.534
<b>EIXO I</b>		<b>535.845.541</b>	<b>520.584.896</b>	<b>361.814.894</b>	<b>394.460.516</b>	<b>379.237.352</b>	<b>265.581.278</b>
FEDER		405.193.859	392.848.611	253.239.448	302.905.222	290.559.974	190.204.505
FSE		130.651.682	127.736.285	108.575.446	91.555.294	88.677.378	75.376.773
Medida 1.1	FEDER	125.990.929	125.990.929	78.671.989	84.998.808	84.998.808	54.969.192
Medida 1.2	FEDER	45.326.438	45.326.438	28.634.146	42.365.216	42.365.216	27.493.816
Medida 1.3	FEDER	55.033.923	42.688.675	24.333.459	50.136.156	37.790.908	21.275.768
Medida 1.4	FEDER	170.155.466	170.155.466	115.705.717	120.224.442	120.224.442	82.950.729
Medida 1.5	FSE	130.651.682	127.736.285	108.575.446	91.555.294	88.677.378	75.376.773
Medida 1.6	FEDER	8.687.103	8.687.103	5.894.137	5.180.600	5.180.600	3.515.000
<b>EIXO II</b>		<b>681.118.404</b>	<b>593.670.446</b>	<b>367.707.451</b>	<b>473.401.562</b>	<b>425.131.027</b>	<b>266.694.519</b>
FEDER		514.223.720	459.623.719	261.743.269	347.233.514	326.096.462	190.176.668
FEOGA-O		136.878.207	110.805.782	88.731.685	100.585.992	79.873.759	62.439.465
IFOP		30.016.477	23.240.945	17.232.497	25.582.056	19.160.806	14.078.386
Medida 2.1	FEOGA-O	136.878.207	110.805.782	88.731.685	100.585.992	79.873.759	62.439.465
Medida 2.2	IFOP	30.016.477	23.240.945	17.232.497	25.582.056	19.160.806	14.078.386
Medida 2.3	FEDER	145.236.684	90.636.683	45.702.886	81.985.967	60.848.915	31.729.863
Medida 2.4	FEDER	243.836.662	243.836.662	132.163.006	175.097.790	175.097.790	96.582.011
Medida 2.5	FEDER	100.321.771	100.321.771	70.221.472	72.468.339	72.468.339	51.735.192
Medida 2.6	FEDER	24.828.603	24.828.603	13.655.905	17.681.418	17.681.418	10.129.602
<b>Linha de Assistência Técnica do Programa</b>		<b>13.321.510</b>	<b>13.321.510</b>	<b>10.325.276</b>	<b>11.260.142</b>	<b>11.260.142</b>	<b>8.580.598</b>
Medida 1 – FEDER	FEDER	9.054.516	9.054.516	6.728.904	8.123.121	8.123.121	5.937.218
Medida 2 – FSE	FSE	2.053.632	2.053.632	1.745.554	1.467.054	1.467.054	1.246.995
Medida 3 – FEOGA-O	FEOGA-O	1.907.382	1.907.382	1.621.315	1.439.103	1.439.103	1.223.237
Medida 4 – IFOP	IFOP	305.980	305.980	229.503	230.864	230.864	173.148

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Aprovações (€)					
		2000/04			Até 30/6/2005		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
<b>POPRAM III</b>	<b>Total</b>	<b>1.177.201.996</b>	<b>1.116.676.003</b>	<b>716.368.711</b>	<b>1.207.882.594</b>	<b>1.141.438.708</b>	<b>733.911.431</b>
	FEDER	900.633.110	854.203.988	504.703.853	916.274.121	866.862.869	511.760.278
	FSE	136.226.860	132.908.016	112.971.813	145.450.519	141.806.075	120.535.163
	FEOGA-O	123.624.986	113.412.712	86.450.062	125.316.054	114.819.718	87.617.873
	IFOP	16.717.040	16.151.288	12.242.983	20.841.899	17.950.046	13.998.116
<b>EIXO I</b>		<b>518.972.482</b>	<b>503.308.390</b>	<b>342.210.525</b>	<b>529.957.201</b>	<b>513.967.508</b>	<b>351.319.679</b>
FEDER		384.305.340	371.960.093	230.564.472	386.066.400	373.721.152	232.110.277
FSE		134.667.142	131.348.298	111.646.053	143.890.801	140.246.356	119.209.403
Medida 1.1	FEDER	121.453.893	121.453.893	72.239.164	124.621.057	124.621.057	73.822.746
Medida 1.2	FEDER	37.920.838	37.920.838	21.564.098	29.632.009	29.632.009	17.419.684
Medida 1.3	FEDER	57.509.102	45.163.854	25.556.394	57.509.102	45.163.854	25.556.394
Medida 1.4	FEDER	164.258.451	164.258.451	109.131.428	170.261.158	170.261.158	112.710.053
Medida 1.5	FSE	134.667.142	131.348.298	111.646.053	143.890.801	140.246.356	119.209.403
Medida 1.6	FEDER	3.163.056	3.163.056	2.073.389	4.043.074	4.043.074	2.601.400
<b>EIXO II</b>		<b>645.563.063</b>	<b>600.701.162</b>	<b>364.874.626</b>	<b>666.358.815</b>	<b>615.904.621</b>	<b>374.078.103</b>
FEDER		506.451.589	472.367.715	267.226.055	521.431.414	484.365.410	273.506.587
FEOGA-O		122.663.917	112.451.643	85.633.154	124.354.985	113.858.649	86.800.965
IFOP		16.447.557	15.881.804	12.015.418	20.572.415	17.680.562	13.770.552
Medida 2.1	FEOGA-O	122.663.917	112.451.643	85.633.154	124.354.985	113.858.649	86.800.965
Medida 2.2	IFOP	16.447.557	15.881.804	12.015.418	20.572.415	17.680.562	13.770.552
Medida 2.3	FEDER	133.659.242	99.575.368	50.086.001	138.222.878	101.156.873	50.962.659
Medida 2.4	FEDER	259.185.704	259.185.704	140.784.562	259.185.704	259.185.704	140.784.562
Medida 2.5	FEDER	93.692.663	93.692.663	65.584.864	110.060.217	110.060.217	73.907.842
Medida 2.6	FEDER	19.913.980	19.913.980	10.770.628	13.962.615	13.962.615	7.851.524
<b>Linha de Assistência Técnica do Programa</b>		<b>12.666.451</b>	<b>12.666.451</b>	<b>9.283.520</b>	<b>11.566.578</b>	<b>11.566.578</b>	<b>8.513.649</b>
Medida 1 – FEDER	FEDER	9.876.180	9.876.180	6.913.326	8.776.307	8.776.307	6.143.415
Medida 2 – FSE	FSE	1.559.718	1.559.718	1.325.760	1.559.718	1.559.718	1.325.760
Medida 3 – FEOGA-O	FEOGA-O	961.069	961.069	816.909	961.069	961.069	816.909
Medida 4 – IFOP	IFOP	269.484	269.484	227.565	269.484	269.484	227.565



**DESEMPENHO FINANCEIRO DO POPRAM III**  
**PONTO DE SITUAÇÃO REPORTADO A 30 DE JUNHO DE 2005**

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Execução (€)					
		2000/04			Até 30/6/2005		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
<b>POPRAM III</b>	<b>Total</b>	<b>664.810.856</b>	<b>635.666.303</b>	<b>406.409.574</b>	<b>717.493.028</b>	<b>685.631.460</b>	<b>439.571.153</b>
	FEDER	506.889.939	486.173.758	282.221.415	547.648.637	524.874.422	306.672.715
	FSE	97.356.559	94.636.040	80.440.634	100.643.582	97.855.085	83.176.822
	FEOGA-O	49.201.039	43.754.504	35.333.334	56.970.451	50.968.729	40.675.941
	IFOP	11.363.320	11.102.000	8.414.190	12.230.358	11.933.224	9.045.675
<b>EIXO I</b>		<b>303.492.355</b>	<b>289.043.851</b>	<b>200.709.755</b>	<b>325.810.263</b>	<b>311.293.780</b>	<b>215.545.875</b>
FEDER		207.429.716	195.701.730	121.368.952	226.595.247	214.867.261	133.583.333
FSE		96.062.639	93.342.121	79.340.803	99.215.016	96.426.519	81.962.541
Medida 1.1	FEDER	77.201.519	77.201.519	46.913.985	82.783.822	82.783.822	49.963.778
Medida 1.2	FEDER	9.068.130	9.068.130	5.082.833	6.774.615	6.774.615	3.991.037
Medida 1.3	FEDER	43.412.040	31.684.054	18.104.872	43.413.848	31.685.862	18.105.776
Medida 1.4	FEDER	77.650.119	77.650.119	51.208.517	92.839.462	92.839.462	60.974.477
Medida 1.5	FSE	96.062.639	93.342.121	79.340.803	99.215.016	96.426.519	81.962.541
Medida 1.6	FEDER	97.908	97.908	58.745	783.501	783.501	548.265
<b>EIXO II</b>		<b>355.098.960</b>	<b>340.402.911</b>	<b>201.046.038</b>	<b>384.564.059</b>	<b>367.218.974</b>	<b>218.710.460</b>
FEDER		295.251.331	286.263.136	157.906.239	316.156.151	305.109.922	169.661.314
FEOGA-O		48.633.515	43.186.981	34.850.939	56.186.326	50.184.360	40.009.227
IFOP		11.214.114	10.952.794	8.288.860	12.081.152	11.784.018	8.920.345
Medida 2.1	FEOGA-O	48.633.515	43.186.981	34.850.939	56.326.756	50.325.034	40.128.800
Medida 2.2	IFOP	11.214.114	10.952.794	8.288.860	12.081.152	11.784.018	8.920.345
Medida 2.3	FEDER	33.433.224	24.445.029	12.417.190	42.993.557	31.947.328	16.168.339
Medida 2.4	FEDER	209.741.798	209.741.798	110.322.096	212.223.054	212.223.054	111.942.795
Medida 2.5	FEDER	44.031.054	44.031.054	30.821.738	53.556.222	53.556.222	37.489.356
Medida 2.6	FEDER	8.045.255	8.045.255	4.345.215	7.383.317	7.383.317	4.060.825
<b>Linha de Assistência Técnica do Programa</b>		<b>6.219.541</b>	<b>6.219.541</b>	<b>4.653.781</b>	<b>7.118.706</b>	<b>7.118.706</b>	<b>5.314.819</b>
Medida 1 – FEDER	FEDER	4.208.892	4.208.892	2.946.224	4.897.239	4.897.239	3.428.067
Medida 2 – FSE	FSE	1.293.920	1.293.920	1.099.832	1.428.566	1.428.566	1.214.281
Medida 3 – FEOGA-O	FEOGA-O	567.523	567.523	482.395	643.695	643.695	547.141
Medida 4 – IFOP	IFOP	149.206	149.206	125.330	149.206	149.206	125.330

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas Fundo (%)								
		2000/04						Até 30/6/2005		
		2000/04			2000/06			2000/06		
		Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.	Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.	Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.
<b>POPRAM III</b>	<b>Total</b>	<b>132,5</b>	<b>75,1</b>	<b>56,7</b>	<b>96,8</b>	<b>54,9</b>	<b>56,7</b>	<b>99,2</b>	<b>59,4</b>	<b>59,9</b>
	FEDER	130,6	73,1	55,9	96,7	54,1	55,9	98,1	58,8	59,9
	FSE	147,4	105,0	71,2	102,4	72,9	71,2	109,3	75,4	69,0
	FEOGA-O	135,8	55,5	40,9	95,7	39,1	40,9	97,0	45,0	46,4
	IFOP	85,9	59,0	68,7	70,1	48,2	68,7	80,2	51,8	64,6
<b>EIXO I</b>		<b>128,9</b>	<b>75,6</b>	<b>58,7</b>	<b>94,6</b>	<b>55,5</b>	<b>58,7</b>	<b>97,1</b>	<b>59,6</b>	<b>61,4</b>
FEDER		121,2	63,8	52,6	91,0	47,9	52,6	91,7	52,7	57,6
FSE		148,1	105,3	71,1	102,8	73,1	71,1	109,8	75,5	68,8
Medida 1.1	FEDER	131,4	85,3	64,9	91,8	59,6	64,9	93,8	63,5	67,7
Medida 1.2	FEDER	78,4	18,5	23,6	75,3	17,8	23,6	60,8	13,9	22,9
Medida 1.3	FEDER	120,1	85,1	70,8	105,0	74,4	70,8	105,0	74,4	70,8
Medida 1.4	FEDER	131,6	61,7	46,9	94,3	44,3	46,9	97,4	52,7	54,1
Medida 1.5	FSE	148,1	105,3	71,1	102,8	73,1	71,1	109,8	75,5	68,8
Medida 1.6	FEDER	59,0	1,7	2,8	35,2	1,0	2,8	44,1	9,3	21,1
<b>EIXO II</b>		<b>136,8</b>	<b>75,4</b>	<b>55,1</b>	<b>99,2</b>	<b>54,7</b>	<b>55,1</b>	<b>101,7</b>	<b>59,5</b>	<b>58,5</b>
FEDER		140,5	83,0	59,1	102,1	60,3	59,1	104,5	64,8	62,0
FEOGA-O		137,1	55,8	40,7	96,5	39,3	40,7	97,8	45,1	46,1
IFOP		85,3	58,9	69,0	69,7	48,1	69,0	79,9	51,8	64,8
Medida 2.1	FEOGA-O	137,1	55,8	40,7	96,5	39,3	40,7	97,8	45,2	46,2
Medida 2.2	IFOP	85,3	58,9	69,0	69,7	48,1	69,0	79,9	51,8	64,8
Medida 2.3	FEDER	157,9	39,1	24,8	109,6	27,2	24,8	111,5	35,4	31,7
Medida 2.4	FEDER	145,8	114,2	78,4	106,5	83,5	78,4	106,5	84,7	79,5
Medida 2.5	FEDER	126,8	59,6	47,0	93,4	43,9	47,0	105,2	53,4	50,7
Medida 2.6	FEDER	106,3	42,9	40,3	78,9	31,8	40,3	57,5	29,7	51,7
<b>Linha de Assist. Técnica do Programa</b>		<b>108,2</b>	<b>54,2</b>	<b>50,1</b>	<b>89,9</b>	<b>45,1</b>	<b>50,1</b>	<b>82,5</b>	<b>51,5</b>	<b>62,4</b>
Medida 1 – FEDER	FEDER	116,4	49,6	42,6	102,7	43,8	42,6	91,3	50,9	55,8
Medida 2 – FSE	FSE	106,3	88,2	83,0	76,0	63,0	83,0	76,0	69,6	91,6
Medida 3 – FEOGA-O	FEOGA-O	66,8	39,4	59,1	50,4	29,8	59,1	50,4	33,7	67,0
Medida 4 – IFOP	IFOP	131,4	72,4	55,1	99,2	54,6	55,1	99,2	54,6	55,1



**DESEMPENHO FINANCEIRO DO POPRAM III**  
**PONTO DE SITUAÇÃO REPORTADO A 30 DE JUNHO DE 2005**

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas Despesa Pública (%)								
		2000/04						Até 30/6/2005		
		2000/04			2000/06			2000/06		
		Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.	Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.	Apr./Prog.	Exe./Prog.	Exe./Apr.
<b>POPRAM III</b>	<b>Total</b>	<b>136,9</b>	<b>77,9</b>	<b>56,9</b>	<b>99,0</b>	<b>56,4</b>	<b>56,9</b>	<b>101,2</b>	<b>60,8</b>	<b>60,1</b>
	FEDER	136,7	77,8	56,9	99,2	56,4	56,9	100,6	60,9	60,5
	FSE	147,4	105,0	71,2	102,4	72,9	71,2	109,3	75,4	69,0
	FEOGA-O	139,5	53,8	38,6	100,6	38,8	38,6	101,9	45,2	44,4
	IFOP	83,3	57,3	68,7	68,6	47,1	68,7	76,2	50,7	66,5
<b>EIXO I</b>		<b>132,7</b>	<b>76,2</b>	<b>57,4</b>	<b>96,7</b>	<b>55,5</b>	<b>57,4</b>	<b>98,7</b>	<b>59,8</b>	<b>60,6</b>
FEDER		128,0	67,4	52,6	94,7	49,8	52,6	95,1	54,7	57,5
FSE		148,1	105,3	71,1	102,8	73,1	71,1	109,8	75,5	68,8
Medida 1.1	FEDER	142,9	90,8	63,6	96,4	61,3	63,6	98,9	65,7	66,4
Medida 1.2	FEDER	89,5	21,4	23,9	83,7	20,0	23,9	65,4	14,9	22,9
Medida 1.3	FEDER	119,5	83,8	70,2	105,8	74,2	70,2	105,8	74,2	70,2
Medida 1.4	FEDER	136,6	64,6	47,3	96,5	45,6	47,3	100,1	54,6	54,5
Medida 1.5	FSE	148,1	105,3	71,1	102,8	73,1	71,1	109,8	75,5	68,8
Medida 1.6	FEDER	61,1	1,9	3,1	36,4	1,1	3,1	46,5	9,0	19,4
<b>EIXO II</b>		<b>141,3</b>	<b>80,1</b>	<b>56,7</b>	<b>101,2</b>	<b>57,3</b>	<b>56,7</b>	<b>103,7</b>	<b>61,9</b>	<b>59,6</b>
FEDER		144,9	87,8	60,6	102,8	62,3	60,6	105,4	66,4	63,0
FEOGA-O		140,8	54,1	38,4	101,5	39,0	38,4	102,8	45,3	44,1
IFOP		82,9	57,2	69,0	68,3	47,1	69,0	76,1	50,7	66,6
Medida 2.1	FEOGA-O	140,8	54,1	38,4	101,5	39,0	38,4	102,8	45,4	44,2
Medida 2.2	IFOP	82,9	57,2	69,0	68,3	47,1	69,0	76,1	50,7	66,6
Medida 2.3	FEDER	163,6	40,2	24,5	109,9	27,0	24,5	111,6	35,2	31,6
Medida 2.4	FEDER	148,0	119,8	80,9	106,3	86,0	80,9	106,3	87,0	81,9
Medida 2.5	FEDER	129,3	60,8	47,0	93,4	43,9	47,0	109,7	53,4	48,7
Medida 2.6	FEDER	112,6	45,5	40,4	80,2	32,4	40,4	56,2	29,7	52,9
<b>Linha de Ass. Técnica do Programa</b>		<b>112,5</b>	<b>55,2</b>	<b>49,1</b>	<b>95,1</b>	<b>46,7</b>	<b>49,1</b>	<b>86,8</b>	<b>53,4</b>	<b>61,5</b>
Medida 1 – FEDER	FEDER	121,6	51,8	42,6	109,1	46,5	42,6	96,9	54,1	55,8
Medida 2 – FSE	FSE	106,3	88,2	83,0	75,9	63,0	83,0	75,9	69,6	91,6
Medida 3 – FEOGA-O	FEOGA-O	66,8	39,4	59,1	50,4	29,8	59,1	50,4	33,7	67,0
Medida 4 – IFOP	IFOP	116,7	64,6	55,4	88,1	48,8	55,4	88,1	48,8	55,4



SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Painéis de Especialistas das Sessões Focus Group	
Entidade	Representante
ACIF (Associação de Comércio e Indústria do Funchal); CCIM (Câmara de Comércio e Indústria da Madeira)	Dr. Assis Correia
Universidade da Madeira	Eng.º Nuno Nunes
QUERCUS	Dra. Lídia Sousa
DTIM – Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação da Madeira	Dra. Dulce Pacheco
MT – Madeira Tecnopolo	Dr. Maurício Gomes
EPHTM – Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	Dra. Tomásia Alves
AREAM – Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira	Eng.º Melim Mendes
MAB – Missão para a Agricultura Biológica	Eng.º José Carlos Marques
UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa	Dr. Miguel Freitas
Entidade	Representante
SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira	Eng.º Filipe Manso
NESI – Núcleo de Estratégico da Sociedade de Informação	Eng.º Vitorino Seixas
CMC – Centro de Maricultura da Calheta	Dr. Viriato Timóteo
Grupo DORISOL	Dra. Filipa Jardim Fernandes
SC – Obra de Santa Cecília	Padre Francisco Caldeira
SRS – Conselho de Administração do Serviço Regional de Saúde	Dra. Maria João Monte
MWB – Madeira Wind Birds	Dra. Catarina Fagundes
CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira	Dra. Patrícia Dantas Caíres

Matriz Sintética das Reuniões, Entrevistas e Contactos Realizados pela Equipa de Avaliação					
Domínio de Avaliação	Entidade	Interlocutor	Contacto		
			Presencial	Telefónico	E-mail Internet
<b>Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro</b>					
Global/Fundo/Medida Alterações decorrentes da reprogramação	Gestor POPRAM III	Dr. Sílvio Costa	X	X	
	Gestor FEOGA-O	Eng.º Henrique Seabra	X	X	X
	Gestor IFOP	Dr. Teixeira Ornelas	X	X	X
	Gestor SIPPE	Dr. Jorge Faria	X	X	X
	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X	X	X
	Gestora FSE	Dra. Sara Relvas	X	X	X
<b>Apreciação da Qualidade e Eficácia do Sistema de Gestão e Acompanhamento</b>					
Sistema de Gestão e Acompanhamento	Gestor POPRAM III	Dr. Sílvio Costa	X		
	Gestor FEOGA-O	Eng.º Henrique Seabra	X		
	Gestor IFOP	Dr. Teixeira Ornelas	X		
	Gestor SIPPE	Dr. Jorge Faria	X		
	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X		
	Gestora FSE	Dra. Sara Relvas	X		
<b>Análise dos Impactes Directos e Observações e Estimativas dos Impactes e Efeitos de Sinergias Globais</b>					
Criação de postos de trabalho Reforço da empregabilidade	Gestora FSE	Dra. Sara Relvas	X		X
	IRE	Dr. Sidónio Fernandes	X		X
Melhoria das acessibilidades intra-regionais	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X	X	X
	Horários do Funchal	Eng.º Duarte Sousa	X	X	X
	Porto Santo Line	Dr. Duarte Rodrigues	X	X	X
	SREST	Eng.º Ricardo Reis	X	X	X
	Autarquias com projectos seleccionados para a short list			X	X
Melhoria da qualidade ambiental	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X		X
<b>Análise Específica das Medidas</b>					
Medida 1.2	Arquimedes – Prod. Estereográficas	Sr. Alfredo R. Deus	X		
	CEIM	Dra. Patrícia Dantas Caíres	X		X
	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X		X
	Madeira Tecnopolo	Dr. Maurício Correia	X		X
	Move Interactive Lda	Dr. Roberto Varela	X		
	SRE	Eng.º Nuno Araújo	X		X
Medida 1.4	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X		X
	Gestor FEOGA-O	Eng.º Henrique Seabra	X		X
	Gestor IFOP	Dr. Teixeira Ornelas	X		X
	SDPO	Dr. Paulo Sousa		X	X
	IGA	Eng.º Pimenta de França; Eng.º Gonçalo Valente		X	X
	CM Funchal	Eng.º Avelino Nóbrega		X	X
	CM Ribeira Brava	Dr. Ismael Fernandes Dr. Irineu Nascimento		X	X

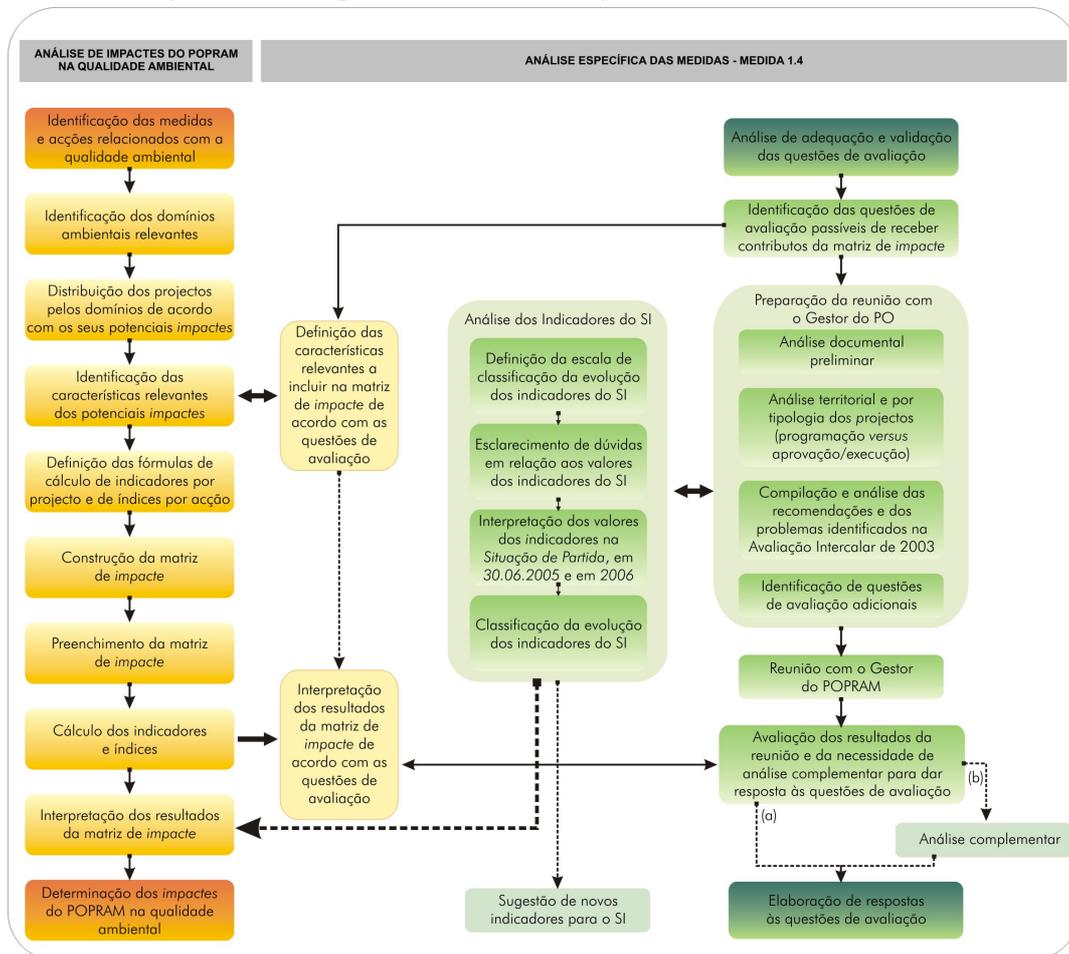


SÍNTESE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Matriz Sintética das Reuniões, Entrevistas e Contactos Realizados pela Equipa de Avaliação					
Domínio de Avaliação	Entidade	Interlocutor	Contacto		
			Presencial	Telefónico	E-mail Internet
<b>Análise Específica das Medidas</b>					
Medida 1.5	Gestora FSE	Dra. Sara Relvas	X		X
	Instituto Regional do Emprego	Dr. Sidónio Fernandes	X	X	X
	Entrevistas com 6 ex. Formandos		X		
	Conservatório EPAM	Eng.º Inês Costa Neves	X		
	Escola Prof. Cristóvão Colombo	Dr. António Belo	X	X	
	ENGIAREA	Eng.º João Fragoso	X	X	
Medida 2.1	DREER	Dra. Elma Barreiro	X		
	Gestor FEOGA-O	Eng.º Henrique Seabra	X	X	X
	Promotor de Projecto	Agostinho Delfino Pita Inácio	X		
	IFADAP	Eng.º João Avelino Baptista	X		
Medida 2.2	AAM	Eng.º João Ferreira	X		
	Madeira Wine Company, SA	Eng.º Jacques A. Silva	X	X	
	Gestor IFOP	Dr. Teixeira Ornelas	X	X	X
Medida 2.5	DRP	Dra. Lídia Gouveia		X	X
	Coopescamadeira – AAPA	Sr. Luís Calaça e restante direcção	X		
	IMH	Dra. Conceição Berenguer	X		
	ADERAM	Dr. Samuel Pestana	X		
	CM Funchal	Dr. Miguel Baptista	X		
Análise Temática Aprofundada	CM Câmara de Lobos	Arq.º Ricardo Fraga; Dr. Nuno Barata; Dra. Elisabete Costa	X		
	CM Machico	Eng.º António Olim	X		
<b>Questões Gerais de Avaliação</b>					
Questões Gerais de Avaliação	Gestor POPRAM III	Dr. Sílvio Costa	X		
	Gestor FEOGA-O	Eng.º Henrique Seabra	X		
	Gestor IFOP	Dr. Teixeira Ornelas	X		
	Gestor SIPPE	Dr. Jorge Faria	X		
	Gestora FEDER	Dra. Ana Mota	X		
	Gestora FSE	Dra. Sara Relvas	X		
	Interlocutor Regional do INTERREG III-B – Açores-Madeira-Canárias	Dra. Catarina Campos	X		
	Autoridade de Pagamento – INTERREG III-B – Açores-Madeira-Canárias	Dr. Carlos Estudante (Coordenador), Dra. Patrícia Abreu	X		
	Antena do Secretariado Técnico Comum – INTERREG III-B – Açores-Madeira-Canárias	Dra. Marisa Pestana	X		

A melhoria da qualidade ambiental assume-se como um objectivo transversal a diversos domínios de intervenção do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III). Nesta perspectiva, optou-se por desenvolver uma metodologia específica que permita integrar as diferentes componentes passíveis de produzir *Impactes* nos sistemas ambientais com a análise de eficácia física das diferentes acções preconizadas no POPRAM III. Neste contexto, a *Análise dos Impactes Directos e Observações e Estimativas dos Impactes e Efeitos de Sinergias Globais* referentes à Melhoria da Qualidade Ambiental (capítulo 3.4) e a *Análise Específica das Medidas*, nomeadamente da Medida 1.4 (capítulo 4.2), foram desenvolvidas de forma integrada, tal como está representado na Figura 1.

Esquema Metodológico da Análise de Desempenho Ambiental do POPRAM III



A *Análise de Impactes do POPRAM III na Qualidade Ambiental* desenvolvida no âmbito da presente actualização da avaliação intercalar requereu uma integração do processo de *Análise de Impacte Ambiental* (AIA) tradicional<sup>1</sup> nos conceitos da *Avaliação Ambiental Estratégica*<sup>2</sup> (tendo em conta o número, o tipo e a dimensão dos projectos financiados) ainda que a diversidade intrínseca dos

<sup>1</sup>Segundo o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, onde se estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) de projectos públicos e privados com efeitos significativos no ambiente e na Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril, onde se define as normas técnicas para os documentos envolvidos no processo de AIA e seu conselho consultivo.

<sup>2</sup> Conforme estipulado a Directiva Comunitária n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho incluindo o Protocolo ratificado no âmbito da Convenção sobre a Avaliação de Impactes Ambientais, incluindo num Contexto Transfronteiras – Convenção de Espoo. A Directiva obriga à avaliação dos efeitos de determinadas políticas, planos e programas no ambiente e está em processo de transposição para o direito nacional.

descritores potencialmente afectados tenha exigido a respectiva análise especializada. Com efeito, sendo os vários projectos muitas vezes merecedores, pela sua dimensão e complexidade, de um estudo de *impacte* ambiental específico, a análise desenvolvida teve que ser direccionada para os potenciais *impactes* ambientais mais relevantes de cada projecto, sendo estes avaliados sob o ponto de vista do(s) domínio(s) ambiental(ais) potencialmente mais afectados.

A metodologia utilizada para a avaliação dos *Impactes* ambientais associados aos projectos do POPRAM III baseou-se na combinação do Potencial de um determinado *impacte* com uma série de Características Relevantes do *Impacte*, ao qual estão associados diferentes critérios de valoração expressos numa Matriz de Avaliação de *Impactes*. Através da agregação das valorações atribuídas é possível determinar a significância do *impacte* ambiental associado a cada projecto e a cada Acção.

A Matriz proposta consiste essencialmente num quadro de dupla entrada, em que o eixo horizontal se refere às Características Relevantes do *Impacte* (tipo, potencial de *impacte*, probabilidade de ocorrência, efeito temporal, efeito espacial, tipo de incidência, reversibilidade, visibilidade/percepção pública) e a características do projecto (fase de implementação e risco potencial), sendo o eixo vertical referente aos projectos financiados pelo POPRAM III distribuídos por domínios ambientais (qualidade do património edificado, ordenamento do território, recursos hídricos, conservação da natureza e biodiversidade, recursos florestais, infra-estruturas energéticas, resíduos, serviços de abastecimento de água e serviços de drenagem e tratamento de águas residuais).

Neste contexto, as Características Relevantes do *Impacte* foram definidas da seguinte forma:

- **Tipo de *impacte*** – Distingue os *Impactes* benéficos (com sinal positivo) dos que têm efeitos prejudiciais (com sinal negativo). Este parâmetro permite avaliar se determinado Projecto tem um *impacte* positivo ou negativo no Domínio em análise. Assim, um Projecto pode ser responsável por um *impacte* muito significativo e ser positivo ou negativo.
- **Potencial de *impacte*** – Valor atribuído à intensidade potencial do *impacte* gerado pelo Projecto em determinado Domínio Ambiental, sendo classificado através da significância do *impacte*. É uma quantificação do grau de alteração no Domínio provocado por cada Projecto e, como tal, as outras características analisadas são afectadas pelo Potencial de *impacte*.
- **Probabilidade de ocorrência** – Valor atribuído à probabilidade de ocorrência de *Impactes* ambientais associados a um determinado Projecto, relativamente ao Domínio em análise.
- **Efeito temporal** – Valor atribuído consoante os *Impactes* se verificarem num intervalo de tempo limitado (temporário) ou ilimitado (permanente). Este parâmetro avalia a o período de permanência do *impacte* associado a cada Projecto relativamente ao Domínio considerado.
- **Efeito espacial** – Valor atribuído à zona de influência directa de um *impacte*, tendo em conta as diferentes características do Projecto considerado. Pretende quantificar a dimensão da zona de *impacte*.
- **Tipo de incidência** – Característica que pondera a forma (directa ou indirecta) como o Projecto afecta o Domínio considerado.
- **Reversibilidade** – Valor atribuído consoante os efeitos do *impacte* permaneçam no tempo ou sejam passíveis de ser anulados (directa ou indirectamente, a médio ou a longo prazo). Para este parâmetro são definidos dois tipos de valoração, consoante o aspecto de *impacte* seja reversível ou irreversível.
- **Visibilidade / percepção pública** – Valor atribuído ao potencial de reacção da opinião pública perante o Projecto considerado e respectivo *impacte*, tendo em conta as suas características. Representa assim a sensibilidade ambiental da vizinhança do empreendimento.

No que diz respeito às características dos projectos, foram considerados dois factores:

- **Fase de implementação** – Com esta característica pretende identificar-se a fase de execução em que se encontra o Projecto em análise, no que diz respeito ao seu início de funcionamento (uma vez que os *Impactes* serão estimados para as fases de operação ou funcionamento pleno do

Projecto). A característica será classificada com o valor zero no caso de o Projecto não ter sido iniciado, anulando o cálculo do respectivo Indicador de Impacte.

- **Risco potencial** – Independentemente dos seus impactes potenciais serem positivos ou negativos, o desenvolvimento de um projecto tem sempre associado um determinado risco (decorrente de eventuais situações imprevisas ou mal avaliadas). Nesse sentido, este factor corresponde à percepção subjectiva desse risco de ocorrência de danos ambientais imprevisos.

Posto isto, a matriz de *impacte* é preenchida através da atribuição de uma valoração a cada característica de *impacte* e de projecto, para cada um dos projectos, de acordo com o domínio em que o mesmo está inserido (tendo em conta que cada projecto pode ser avaliado em vários domínios ambientais, no caso de apresentar *impactes* potenciais para mais do que um domínio). Foram avaliados todos os Projectos que apresentavam uma taxa de execução diferente de zero, estimando as suas características em fase de operação. As escalas de classificação encontram-se compiladas no quadro seguinte.

Escalas de Classificação das Características Relevantes do Impacte e das Características do Projecto

Característica Relevante do Impacte	Escala					
	0	1	2	3	4	outra
Tipo de impacte	-	-	-	-	-	-1: impacte negativo; +1: impacte positivo
Potencial de impacte	Não significativo	Insignificante	Pouco significativo	Significativo	Muito significativo	-
Probabilidade de ocorrência	-	Improvável	Pouco provável	Provável	Certo	-
Efeito temporal	-	Temporário	-	-	Permanente	-
Efeito espacial	-	-	Local	Regional	Nacional	-
Tipo de incidência	-	Indirecta	-	-	Directa	-
Reversibilidade	-	Reversível	-	-	Irreversível	-
Visibilidade / percepção pública	Não existe percepção do impacte	-	Percepção do impacte na envolvente e nos meios de comunicação locais	-	Grande sensibilidade do público em geral e dos meios de comunicação	-
Característica do Projecto	Escala					
	0	1	2	3	4	Outra
Fase de implementação	Por iniciar	Iniciado	-	-	-	-
	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>	-	-
Risco potencial	Danos incidentes sobre o ambiente sem importância ou desprezáveis	Danos ambientais pouco significativos, de âmbito local, com fácil reposição do equilíbrio ambiental	Danos ambientais significativos mas reversíveis	Danos ambientais muito graves e irreversíveis	-	-

Após o preenchimento da matriz com as classificações, foi determinado o *Valor Total do Impacte* para cada projecto, através da fórmula de cálculo representada pela **Expressão 1**.

$$VTI = FI \times TI \times PI \times \sum_{i=1}^6 C_i \dots\dots\dots \text{(Expressão 1)}$$

Sendo:

- VTI = Valor Total do Impacte;                      C<sub>2</sub> = Efeito temporal;  
 FI = Fase de implementação;                      C<sub>3</sub> = Efeito espacial;  
 TI = Tipo de *impacte*;                                  C<sub>4</sub> = Tipo de incidência;  
 PI = Potencial de *impacte*;                          C<sub>5</sub> = Reversibilidade;  
 C<sub>1</sub> = Probabilidade de ocorrência;              C<sub>6</sub> = Visibilidade pública

De forma a traduzir este Valor Total do *Impacte* numa ferramenta de interpretação mais expedita, optou-se por expressar esta variável através de uma classificação qualitativa de significância do *impacte* que, conjuntamente com a avaliação de risco potencial, dá origem a um *Indicador por Projecto*.

Por outro lado, e de forma a permitir uma análise integrada dos *Impactes* dos diferentes projectos, foram determinados *Índices Ambientais por Acção* (relação entre os Valores Totais do *Impacte* obtidos em cada acção e o seu valor potencial máximo), também expressos por uma classificação qualitativa de significância do *impacte* ambiental.

Neste contexto, o quadro seguinte compila o significado desta classificação, utilizada para os Indicadores por Projecto e para os *Índices Ambientais por Acção*.

**Escala de Classificação dos Indicadores  
por Projecto e dos Índices Ambientais por Acção**

Nomenclatura	Significado
-	<i>Impacte negativo</i>
Sem sinal	<i>Impacte positivo</i>
0	<i>Impacte ambiental nulo</i>
1	<i>Impacte ambiental insignificante</i>
2	<i>Impacte ambiental pouco significativo</i>
3	<i>Impacte ambiental significativo</i>
4	<i>Impacte ambiental muito significativo</i>

Assim, a interpretação dos resultados da matriz de *impacte* ambiental pode contribuir para a caracterização dos *Impactes* do POPRAM III na melhoria da Qualidade Ambiental da Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, a Análise Específica das Medidas – Medida 1.4, tal como se pode observar na figura anterior, foi desenvolvida de forma a dar resposta às *Questões de Avaliação* enunciadas no Caderno de Encargos da *Actualização da Avaliação Intercalar do POPRAM III*. A análise documental, a análise territorial e por tipologia dos Projectos (programação *versus* aprovação/execução), bem como a compilação e análise das recomendações e dos problemas identificados na Avaliação Intercalar de 2003, permitiram identificar *Questões de Avaliação* adicionais. Estas análises iniciais contribuíram ainda para a preparação e consolidação das reuniões e contactos com o Gestor do POPRAM III, que constituiu mais uma forma de obtenção de informação necessária para responder às *Questões de Avaliação*.

Paralelamente, e de forma complementar a este processo de análise, foi sendo desenvolvida a metodologia anteriormente descrita, nomeadamente a matriz de *impacte* ambiental, sendo esta construída de forma a fornecer informação adicional útil para responder às *Questões de Avaliação*.

Para além destes passos metodológicos, foi desenvolvido um processo de classificação da evolução dos *Indicadores Físicos do Sistema de Informação do POPRAM III*. Pretende-se que a análise dessa evolução forneça dados relevantes para as *Questões de Avaliação* e para a análise de *impacte* ambiental descrita acima, constituindo ainda a base para uma avaliação de adequabilidade dos Indicadores Físicos e conseqüente sugestão de novos Indicadores.

A classificação da evolução foi feita com base nos valores dos Indicadores na Situação de Partida (2000), na data de referência da presente Actualização da Avaliação Intercalar (30 de Junho de 2005) e na data de término do Programa (2006). Decidiu-se determinar a percentagem do valor dos Indicadores em 2005 relativamente ao valor previsto para 2006 (meta do QCA), sendo atribuída uma classificação qualitativa à percentagem obtida. Para além disso, optou-se por assinalar os casos em que o indicador evoluiu no sentido inverso ao previsto, comparando o valor em 2005 com o valor na Situação de Partida.



Assim, a evolução dos Indicadores Físicos do POPRAM III foi classificada de acordo com a escala representada no quadro seguinte.

Escala de Classificação da Evolução dos  
Indicadores Físicos do Sistema de Informação do POPRAM III

Nomenclatura	% correspondente	Significado
1	entre 1 e 45%	Muito abaixo do esperado
2	entre 46 e 90%	Abaixo do esperado
3	entre 91 e 100%	Dentro do esperado
4	superior a 100%	Superior ao esperado
(!)	–	Evolução no sentido inverso ao esperado /sem evolução
sem sinal	–	Evolução no sentido esperado
n.a.	–	Não aplicável
a.d.	–	Ausência de dados



ABORDAGEM METODOLÓGICA À  
ANÁLISE DE IMPACTES DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Domínio	Medida/ Acção	Código do Projecto	Designação do Projecto	Características Relevantes do Impacte							Características do Projecto		Indicador Ambiental por Projecto	
				Tipo de impacte	Potencial de impacte	Probabilidade de ocorrência	Efeito temporal	Efeito espacial	Tipo de incidência	Reversibilidade	Visibilidade/ Percepção pública	Fase de implementação		Risco Potencial
1	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0029	Recuperação das Piscinas Naturais do Seixal – 2ª Fase	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
1	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0024	Recuperação Urbanística do Lombo do Moleiro	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
1	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0054	Frente Mar da Ribeira Brava	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
1	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0026	Ampliação do Cais do Paúl do Mar	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
1	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0027	Recuperação e Requalificação do Largo da República na cidade de Câmara de Lobos	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0003	Reconstrução da E.R. 101 São Vicente – Porto Moniz, 2ª Fase	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0005	Reformulação do Nó da Cruz de Carvalho	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.6.1	POPIII/EP2/M6/0004	Reconstrução ER 111 entre Hotel do Porto Santo e Calheta – Porto Santo	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
2	1.3.1	POPIII/EP1/M3/0001	Arranjo do Nó Rodoviário da Av. Sá Carneiro com a Carvalho Araújo	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0054	Frente Mar da Ribeira Brava	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0036	Lagoa do Lugar de Baixo	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
2	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0024	Recuperação Urbanística do Lombo do Moleiro	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0011	Protecção Marginal do Paúl do Mar	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0004	Parque Público da Frente Mar	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0031	Revitalização do Monte – Intervenção Municipal	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0022	Plataforma na Foz da Ribeira dos Socorridos	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0045	Parque Urbano de São Vicente	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0026	Praia da Madalena e Fajã do Mar	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0001	Via Expresso Machico – Faial, 2ª Fase	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0002	Construção de Acessos ao Túnel da Encumeada, 1ª e 2ª Fases	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0006	Construção da Variante à ER 104 na Vila da Ribeira Brava	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0015	Nova Ligação Caniço – Camacha – 1ª Fase	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0016	ER 101 - Troço Calheta - Prazeres - 2ª Fase - Túneis	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0019	Variante à ER 104 Rosário S. Vicente – 1ª Fase	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.1	POPIII/EP2/M4/0020	Via expresso Machico Faial – Troço Serrado/Longueira	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0004	Ligação entre a Fajã da Murta e Lombo Galego – Faial	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0007	Ramal dos Moinhos (1ª Fase) - Caniço	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0008	Arruamento Alternativo ao Centro do Caniço - Caniço	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0009	Caminho Municipal das Levadas - Santa Cruz	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0010	E.M entre os Sítios do Lombo e Achada das Terças - Ponta do Sol	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0012	Construção do CM entre a Boca do Túnel e Furnas de Baixo e de Cima – Ribª.Brava	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0013	Construção do CM dos Moinhos/Longueira – Faial	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0014	Construção da EM entre o Damasqueiro e Calvário - Estreito de Câmara de Lobos	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0021	Variante à Vila da Ponta do Sol - 2ª Fase - 2º Troço	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0022	CM. de Ligação Dom Martinho da Costa Lopes – Nóia – Pastel	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0023	Beneficiação do CM das Eirinhas e a Lombada dos Marinheiros – Fajã da Ovelha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0024	Construção da E.M. entre a nova Estrada do Calvário e o C.M. do Foro – Cª Lobos	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0025	E.M. que liga a nova E.M. que dá acesso à Capela das Almas à Rua da Achada	1	3	4	1	3	4	1	2	1	a	2a
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0026	Arruamento de ligação da Rua da Casa Branca à Rua Velha da Ajuda	1	2	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.4.2	POPIII/EP2/M4/0028	E.M. Variante - Ribeira de Alforra a partir da Ponte do Sabino - Cª Lobos	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
2	1.4.1	POPIII/EP1/M4/0035	Estudo de Mobilidade do Concelho do Funchal	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
2	2.2.2	2002810011805	Ampliação de um recife artificial do Paúl do Mar	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.2.2	2001810011880	Construção da lote do Caniçal	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.1.6	2002.81.001099.7	Estrada Regional Poiso – Quatro Estradas	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0006	Parque Empresarial dos Canhas	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0007	Parque Empresarial do Porto Moniz	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0008	Parque Empresarial da Camacha 2ª Fase	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0009	Parque Empresarial das Ginjas	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0011	Parque Empresarial da Calheta	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0012	Parque Empresarial de Machico	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.3.3	POPIII/EP2/M3/0014	Parque Empresarial da Ribeira Brava	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
2	2.6.3	POPIII/EP2/M6/0006	Parque Empresarial do Porto Santo	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b



ABORDAGEM METODOLÓGICA À  
ANÁLISE DE IMPACTES DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Domínio	Medida/ Acção	Código do Projecto	Designação do Projecto	Características Relevantes do Impacte							Características do Projecto		Indicador Ambiental por Projecto	
				Tipo de impacte	Potencial de impacte	Probabilidade de ocorrência	Efeito temporal	Efeito espacial	Tipo de incidência	Reversibilidade	Visibilidade/ Percepção pública	Fase de implementação		Risco Potencial
2	2.5.2	POPIII/EP2/M5/0020	Infra-Estruturas de Terrenos para Habitação Social no Curral das Freiras	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.5.2	POPIII/EP2/M5/0021	Infra-estruturas de Terrenos para Habitação Social no Sítio das Feiteirinhas	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	2.5.2	POPIII/EP2/M5/0025	Infra-estruturas e equipamentos para Habitação Social no Pico dos Barcelos	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
2	2.6.1	POPIII/EP2/M6/0001	Ligação entre Estrada do Aeroporto e Estrada das Lombas - Porto Santo	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0046	Zona Balnear do Calhau da Lapa-Campanários	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0030	Intervenção na Zona Balnear da Ponta Delgada	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0028	Porto de Recreio da Calheta	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
2	2.6.3	POPIII/EP2/M6/0007	Centro de Artesanato do Porto Santo	1	3	4	1	3	4	1	2	1	a	2a
2	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0035	Marina do Lugar de Baixo	1	3	4	1	3	4	1	2	1	b	2b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0017	Correcção Torrencial da Ribeira de São Vicente - 1ª Fase	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0058	Correcção do Curso Torrencial da Ribeira - Ribeira Brava	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0008	Canalização da Ribeira de Machico	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0009	Canalização da Ribeira dos Socorridos	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0028	Canalização da Ribeira do Faial	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0029	Canalização da Ribeira da Boaventura	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
3	1.4.3	POPIII/EP1/M4/0056	Canalização da Ribeira de Santa Cruz	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
4	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0024	Centro de Recepção e Interpretação do Parque Ecológico do Funchal (Conclusão)	1	4	4	1	3	4	1	4	1	b	3b
4	1.4.2	POPIII/EP1/M4/0036	Lagoa do Lugar de Baixo	1	4	4	1	3	4	1	2	1	b	3b
4	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0019	Renovação do Equip. de Remoção de RS e Limpeza Urbana -Ano 2001	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
4	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0020	Aquisição de Equip. Recolha e Deposição de RS e Limpeza Urbana - 2ª fase	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
4	1.4.1	POPIII/EP1/M4/0033	Estruturas e Acções de Monitorização Ambiental	1	4	4	1	3	4	1	2	1	a	3a
4	1.1.1	POPIII/EP1/M1/0031	Revitalização do Monte - Intervenção Municipal	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001055.9	Florestação e Beneficiação Florestal - Terra do Silva - Cortado - Santana	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001065.8	Florestação e Beneficiação Florestal - Achada das Feiteiras	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001070.8	Florestação e Beneficiação Florestal - Achada Grande de Cima	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001071.6	Florestação e Beneficiação Florestal - Ponte e Eiras	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001090.6	Florestação e Beneficiação Florestal - Pinheiras - Carreira	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001091.4	Florestação e Beneficiação Florestal - Pinheiras - Carreira	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2003.81.001158.9	Florestação da Fonte da Pedra	1	3	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2002.81.001021.1	Florestação e Beneficiação Florestal - Pico do Buxo	1	4	4	4	2	4	1	2	1	a	3a
5	2.1.6	2003.81.001074.8	Aquisição Viaturas Brigadas Florestais - Zona Sudoeste	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001075.5	Aquisição Viaturas Brigadas Florestais - Zona Centro	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001076.3	Aquisição Viaturas Brigadas Florestais - Zona Sudeste	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001077.1	Aquisição Viaturas Brigadas Florestais - Zona Nordeste	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001091.2	Beneficiação do caminho florestal do Norte	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001092.0	Beneficiação dos caminhos florestais das Lameirinhas e do Passa Remos	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001093.8	Beneficiação do caminho florestal Cabeço dos Galos - Pontes - Casa Velha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001094.6	Beneficiação do caminho florestal do vazadouro das Quatro Estradas	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001095.3	Beneficiação do caminho florestal da Levada do Pico	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001097.9	Beneficiação do caminho florestal dos Lamaceiros	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001102.7	Beneficiação dos caminhos florestais da Figueirinha e da Meia Serra	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001098.7	Beneficiação de Aceiros (1,2 e 3)	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2003.81.001100.1	Beneficiação de Aceiros (4, Lombo Feiteira Longa, 6,8 e 10)	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2002.81.001022.9	Estanquinhos - Perímetro Florestal do Paúl da Serra	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2002.81.001023.7	Bica da Cana - Perímetro Florestal do Paúl da Serra	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
5	2.1.6	2002.81.001030.2	Prédio situado no Santo da Serra - perímetro florestal das serras do Poiso	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
5	2.1.6	2002.81.001031.0	Prédios sitos na estrada da Ribeira da Janela - Fanal Perímetro Florestal das Serras do Seixal e Ribª da Janela	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
5	2.1.6	2002.81.001144.1	Prédio situado no Santo da Serra - perímetro florestal das serras do Poiso	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
6	1.4.1	POPIII/EP1/M4/0023	PAUER - Projecto da Avaliação e Utilização de Energia Renováveis	1	4	4	1	3	4	1	2	1	a	3a
6	2.3.4	POPIII/EP2/M3/0013	Aprov. de Fins Múltiplos dos Socorridos - Transf. do Sist. de Inverno em Funcionamento Reversível	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0014	Sistema Elevatório de São Gil - Achada do Moreno - Santa Cruz	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b

ABORDAGEM METODOLÓGICA À  
ANÁLISE DE IMPACTES DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Domínio	Medida/ Acção	Código do Projecto	Designação do Projecto	Características Relevantes do Impacte							Características do Projecto		Indicador Ambiental por Projecto	
				Tipo de impacte	Potencial de impacte	Probabilidade de ocorrência	Efeito temporal	Efeito espacial	Tipo de incidência	Reversibilidade	Visibilidade/ Percepção pública	Fase de implementação		Risco Potencial
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0010; POPIII/EP1/M4/0006	Melhoria Sistema Adutor de Água da Zona Sudoeste Ilha Madeira (1ª e 2ª fases)	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0002	Aproveitamento das Águas Superficiais e Subterrâneas do Concelho de São Vicente	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M6/0002	Remodelação do Sist. De Abastecimento de Água – S. Vicente (1ª fase)	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0004	Sistema Adutor do Porto do Caniçal	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0005	Sistema Elevatório da Camacha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0018	Rede de Abastecimento de Água Potável à Freguesia do Seixal	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0034	Reforço da Adução de Água à Freguesia da Ilha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0038	Substituição e Renovação de Sub-Adutoras (Redes de Fibrocimento)	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0041	Rede de Abastecimento de Água Potável ao Lombo Galego - Faial	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0003	Conduta de ligação Covão - Lourencinha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0001	Remodelação e Ampliação da Lagoa do Bardo	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
7	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0007	Reforço da Capacidade Dessalinizadora do Porto Santo	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0016	Rede de Saneamento Básico do Caniçal	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0015	Rede de Saneamento Básico de Machico	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0021	Interceptores de Águas Residuais nas Freguesias de Caniço e Camacha	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0025	Rede de Esgotos das Zonas Central e Este da Freguesia de Santana	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0013	Remodelação das Redes de Esgotos e Águas Pluviais na Zona Baixa do Funchal	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0030	Rede de Esgotos das Zonas Altas	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0031	Rede de Saneamento Básico entre o Lombo da Estrela e a Vila da Calheta	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0032	Destino Final das Águas Residuais de Porto Moniz	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0040	Rede de Saneamento Básico da Freguesia de Tabúa – Banda de Além	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0042	Rede de Saneamento Básico da Freguesia da Serra de Água	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0043	Rede de Saneamento Básico da Freguesia de Campanário	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0044	Rede de Saneamento Básico/ Redes de Água de São Paulo, Fontes, Lugar da Serra Terreiros	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0050	Destino Final de Águas Residuais da Cidade de Santana	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0052	Destino Final de Águas Residuais de Santa e Lamaceiros	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0053	Rede de esgotos da Zona Baixa de S. Vicente	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0055	Destino Final de Águas Residuais do Concelho de Ponta do Sol	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.4	POPIII/EP1/M4/0062	Destino Final das Águas Residuais da Freguesia de Gaula	1	4	4	1	2	4	1	2	1	b	3b
8	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0012	Renovação e Remodelação da Rede de Água na Zona Baixa do Funchal	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
8	1.4.5	POPIII/EP1/M4/0039	Remodelação das redes de água e de saneamento na estrada regional 111 P. Santo	1	3	4	1	2	4	1	2	1	b	2b
9	2.1.2	2001.81.001017.1	Reestruturação e Modernização do Processo Produtivo	1	4	4	1	2	4	1	4	1	a	3a
9	2.1.2	2001.81.001018.9	Reestruturação e Modernização das Actuais Instalações da Firma	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
9	2.1.2	2001.81.001020.5	Diversificar e Modernizar a Produção e a Gestão	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
9	2.1.2	2001.81.001019.7	Modernização do Matadouro de Aves	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
9	2.1.2	2001.81.001162.5	Ampliação do Centro de Acondicionamento de Banana da CAPFM na Ponta do Sol	1	3	4	1	2	4	1	2	1	a	2a
9	2.1.8	2002.80.001119.5	Reconstrução de estufas e renovação de plantaço destruídas pelo temporal de Março de 2001	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
9	2.1.8	2002.80.001121.1	Reposição de Terras, despedrega e replantação de uma vinha, reconstrução de um armazém e aquisição do recheio do mesmo, destruídos pelo temporal de Março de 2001	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a
9	2.1.8	2002.80.001120.3	Reconstrução de latada e plantação de vinha destruídas pelo temporal de Março de 2001	1	4	4	1	2	4	1	2	1	a	3a

Legenda 1ª coluna (Domínio): 1 – Qualidade do património edificado; 2 – Ordenamento do território; 3 – Recursos hídricos; 4 – Conservação da natureza e biodiversidade; 5 – Recursos florestais; 6 – Infra-estruturas energéticas; 7 – Resíduos; 8 – Serviços de abastecimento de água; 9 – Serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

Legenda das restantes colunas: ver quadro da pág. 11 (Escala de Classificação das Características Relevantes do Impacte e das Características do Projecto).



### Acção 1.5.2

A avaliação específica da acção pressupõe o recurso a fontes de informação primária e secundária. Neste sentido, durante o mês de Julho, para além da entrevista institucional realizada junto da Gestora do FSE, efectuou-se um conjunto de entrevistas junto de entidades promotoras, tais como o Conservatório – Escola Profissional de Artes da Madeira e a Escola Profissional Cristóvão Colombo bem como a 3 ex-formandos da acção. A recolha de informação secundária contemplou dados existentes no Sistema de Informação do próprio Programa, assim como de dados produzidos pela Delegação Regional de Formação Profissional, tendo sido de extrema utilidade a utilização dos recolhidos no âmbito do Inquérito de observação dos percursos de inserção dos ex-formandos de cursos qualificantes. Trata-se de um inquérito remetido via postal em Junho de 2004 e que abrange, por um lado, participantes em acções de formação profissional terminadas em 2002, co-financiadas pelo FSE, no âmbito das acções elegíveis no Programa destinadas a jovens (dentro e fora do sistema de ensino) e a desempregados e, por outro lado, participantes em cursos de educação/formação com currículos alternativos ao 3º Ciclo do Ensino Básico Regular ou Recorrente e nos cursos de Formação Profissional Qualificantes. A equipa de avaliação solicitou que a DRFP realizasse a partir da informação recolhida por este instrumento, um conjunto de apuramentos apenas para os ex-formandos da Acção 1.5.2.

### Acção 1.5.3

A análise da presente acção partiu, à semelhança da anterior, da análise de informação de natureza primária e secundária. Para tal, utilizou a informação obtida a partir de entrevistas junto de beneficiários finais, nomeadamente, da M&J Pestana e da ENGIAREA – Formação Profissional, Investimento, Consultoria, Lda. e de 3 ex-formandos. Adicionalmente recorreu-se à informação produzida pela gestão do Programa e produzida pela DRFP, em particular, a disponibilizada a partir:

- ✓ **do Inquérito às necessidades de formação das empresas 2005/2006** – abrangeu as empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço de todas as actividades económicas, com excepção dos sectores de actividade correspondentes às secções L, P e Q e às subclasses 91310 e 92312 da CAE-Rev2. Foi realizado por entrevista directa às empresas com 20 ou mais trabalhadores e às empresas do escalão 10 a 19 trabalhadores por via postal;
- ✓ **do Inquérito ao Impacte das acções de formação profissional nas empresas 2001/2003** – aplicação com as mesmas características do anterior.

### Acção 1.5.9

A análise específica da presente acção utiliza como fontes de informação as entrevistas realizada junto do Instituto Regional de Emprego (IRE) e da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação e de uma empresa – SICPREP – beneficiária da medida Estágios Profissionais, bem como a um dos respectivos ex-estagiários na empresa. Utiliza também a informação secundária produzida pelo sistema de informação do Programa, bem como pelo próprio IRE.



**ANÁLISE TEMÁTICA – MATRIZ RESUMO DA ANÁLISE “CONJUGAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL” E RELAÇÃO COM O CONTEXTO PROGRAMÁTICO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS**

<b>Medida 1.2</b> <i>Estímulo à Inovação e Sociedade da Informação</i>		
<b>Acção 1.2.1</b> <i>Promoção da Acessibilidade e dos Serviços e Aplicações no Domínio da Sociedade da Informação</i>	<b>Acção 1.2.2</b> <i>Desenvolvimento de um Ambiente Favorável à Inovação</i>	<b>Acção 1.2.3</b> <i>Promoção da Internacionalização</i>
<p>As acções de <i>Estímulo à Inovação e Sociedade da Informação</i> assumem grande importância na concretização da vertente de maior inovação do POPRAM III, nomeadamente por visarem a promoção da articulação entre as dimensões materiais e imateriais das intervenções. Estamos perante uma medida desenhada com um objectivo muito específico, relacionada com as novas tecnologias e a sociedade de informação, e intimamente associada a uma das três prioridades estratégicas definidas pela União Europeia para o QCA III (AI, 208-209).</p> <p>As articulações estratégicas inicialmente previstas parecem, contudo, não estar a ser totalmente conseguidas, o que indicia algumas dificuldades de operacionalização dos princípios inerentes à medida: o reduzido número de projectos aprovados torna limitado o seu alcance e, por isso, a articulação com a estratégia global do POPRAM III acaba por se revelar bastante circunscrita. A esta questão não é certamente alheio o peso preponderante dos projectos direccionados para a componente material da medida, remetendo para segundo plano a sua componente imaterial. De todo o modo, foram conseguidas, nomeadamente nos projectos entretanto desaprovados, complementaridades importantes entre intervenções de tipo material e intervenções de tipo imaterial, especialmente no campo da promoção da utilização das TIC e do desenvolvimento de competências nesta área.</p> <p>Como podemos concluir, os projectos orientam-se essencialmente para o primeiro dos objectivos estratégicos da Medida 1.2 (<i>reforçar o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços associados à Sociedade da Informação e estimular o acesso e a utilização de novas tecnologias</i>), sendo que nem sempre existe uma articulação entre intervenção material e intervenção imaterial. Os exemplos dos projectos <i>Uma Família, Um Computador</i> e <i>Um Computador para Todos</i>, remetem, todavia, para a necessidade de articulação entre estas duas vertentes de intervenção e para os efeitos multiplicadores que podem existir quando se associam aos objectivos materiais objectivos relacionados com as competências e a mudança organizacional e institucional. A necessidade de fomento desta articulação sugere que se afinem as tipologias de projectos e os critérios de selecção, de modo a operacionalizar ainda mais os objectivos estratégicos da medida e assim reforçar o investimento ao nível dos projectos imateriais.</p> <p>Neste sentido, continuam válidas as recomendações apresentadas no relatório de Avaliação Intercalar, segundo o qual é necessário reforçar a ligação da Medida 1.2 com os programas sectoriais POSI, POCTI e POE (entretanto alterados e rebaptizados para POSC, POCI e PRIME) e investir de forma mais significativa na concretização dos princípios inerentes às Acções 1.2.2 e 1.2.3, designadamente no que toca às vertentes internacionalização, cooperação e dinamização empresarial e desenvolvimento à escala da região de serviços inovadores e de conteúdos digitais nos domínios da educação, do turismo, do entretenimento, da cultura e do comércio electrónico, de molde a salvaguardar a coerência e a vertente mais inovadora do POPRAM III (AI, p. 374).</p>		

<b>Medida 1.4</b> <i>Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território</i>				
<b>Acção 1.4.1</b> <i>Melhoria dos Sistemas de Informação e de Apoio à Gestão Ambiental</i>	<b>Acção 1.4.2</b> <i>Requalificação do Ambiente Urbano e da Paisagem</i>	<b>Acção 1.4.3</b> <i>Ordenamento da Orla Costeira e de Cursos de Água</i>	<b>Acção 1.4.4</b> <i>Infra-estruturas de Saneamento Básico</i>	<b>Acção 1.4.5</b> <i>Infra-estruturas de Abastecimento de Água</i>
<p>As acções de <i>Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território</i> assumem uma importância central na concretização das grandes prioridades da estratégia de desenvolvimento da RAM. O reforço das infra-estruturas ambientais, a requalificação da paisagem, a melhoria do ambiente urbano e rural, uma maior consciencialização e uma participação mais activa e responsável da população e dos agentes económicos no plano ambiental constituem linhas de acção fundamentais da estratégia do POPRAM III e coordenadas-chave do desenvolvimento sustentável da Região, indo também de encontro a uma das prioridades horizontais definidas pela Comissão Europeia para o QCA III – o Ambiente (cf. CP, III, p. M1.4 3; cf. Doc. Lançamento POPRAM III, pp. 54-55).</p> <p>De acordo com o Relatório de Avaliação Intercalar, e tendo em conta não só a tipologia de acções mas também a avaliação da eficácia dos projectos aprovados, conclui-se que a resposta do Programa no primeiro triénio foi globalmente positiva se forem tidos em conta os investimentos programados por sub-sector. Se avaliarmos os objectivos de forma isolada, concluiremos que os projectos têm incidido prioritariamente em intervenções de tipo material/infraestrutural. Alguns projectos de pendor material mas não infraestrutural (elaborados no âmbito das Acções 1.4.1 e 1.4.3) e as intervenções de alcance imaterial encontram-se ainda longe do nível de cumprimento expectável. Deve dizer-se que este tipo de projectos envolve, de uma maneira geral, pequenos investimentos quando comparados com os das grandes infra-estruturas e que se tratam de projectos que carecem de maior tempo de maturação e que podem perder por confronto directo, em fase de escassez de recursos financeiros, para projectos com objectivos e alcance mais imediato, de que são sempre exemplo as infra-estruturas.</p> <p>A tipologia de projectos definida para cada uma das acções da Medida 1.4 adequa-se aos seus objectivos estratégicos, assentando na preocupação explícita de aposta na conjugação das vertentes material e imaterial das intervenções. Refira-se, contudo que a componente material da medida assume um peso claramente dominante: das cinco acções propostas, três delas (de resto aquelas que apresentam maior dotação em termos de financiamento) estão claramente vocacionadas para uma intervenção de tipo material (Acções 1.4.3, 1.4.4 e 1.4.5), relacionada com o ordenamento da orla costeira e dos cursos de água, a construção de infra-estruturas de saneamento básico e a construção e remodelação de infra-estruturas de abastecimento de água. De todo o modo, e como se pode concluir da análise da tipologia de projectos proposta pelo Complemento de Programação do POPRAM III, a medida prevê a apresentação de projectos capazes de produzir efeitos de tipo imaterial, concretamente no âmbito das Acções 1.4.1 e 1.4.2 – realização de estudos, dinamização de redes de avaliação e monitorização ambiental, promoção de acções de protecção ambiental, organização de eventos e campanhas de educação e sensibilização ambiental para públicos específicos e para a população em geral (cf. CP, III, pp. M1.4 6-8).</p>				



**ANÁLISE TEMÁTICA – MATRIZ RESUMO DA ANÁLISE “CONJUGAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL” E RELAÇÃO COM O CONTEXTO PROGRAMÁTICO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS**

Medida 1.4 <i>Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território</i>				
Acção 1.4.1 <i>Melhoria dos Sistemas de Informação e de Apoio à Gestão Ambiental</i>	Acção 1.4.2 <i>Requalificação do Ambiente Urbano e da Paisagem</i>	Acção 1.4.3 <i>Ordenamento da Orla Costeira e de Cursos de Água</i>	Acção 1.4.4 <i>Infra-estruturas de Saneamento Básico</i>	Acção 1.4.5 <i>Infra-estruturas de Abastecimento de Água</i>
<p>Como é possível conferir pela análise das colunas apresentadas, os critérios de selecção dos projectos ajustam-se aos princípios em que assenta cada uma das acções e são coerentes com os objectivos estratégicos da medida. No que toca aos projectos de tipo imaterial, registe-se a referência explícita a esta questão apresentada nos critérios de selecção da Acção 1.4.1, a acção mais claramente voltada para este domínio de intervenção (“Projectos materiais ou <i>imateriais</i> que contribuam para uma maior conservação da biodiversidade e para uma efectiva protecção/valorização dos recursos naturais estratégicos, nomeadamente através de uma gestão/exploração mais racional dos mesmos recursos; Projectos que visem inculir na população e nos vários agentes económicos uma <i>cultura ambiental</i> e uma <i>responsabilização</i> e <i>consciencialização</i> perante os problemas ambientais”). Vale a pena sublinhar, contudo, o carácter algo vago dos critérios de selecção propostos para os projectos a integrar nesta acção, o que poderá estar a dificultar a apresentação de propostas de intervenção de índole vincadamente imaterial.</p> <p>Constituindo o ambiente uma das prioridades da Comissão Europeia para o QCA III e para os diversos Programas Sectoriais e Regionais, faz todo o sentido a relevância atribuída a esta medida e às suas diversas acções. Como sublinhava a Avaliação <i>Ex-ante</i>, é da maior importância a existência de uma medida de “Protecção e Valorização do Ambiente e Ordenamento do Território”, justamente no Eixo Prioritário que contempla as relações com o exterior (turismo, inovação e acessibilidades externas). “Esta relevância resulta, por um lado, da resposta a necessidades prioritárias em matéria de protecção do ambiente e de ordenamento do território – corrigindo, assim, a lacuna identificada no diagnóstico – e, por outro lado, de uma associação de recursos de excelência da região (território e ambiente) à estratégia de reposicionamento euro-atlântico” (CP, I, p. 45). A estrutura da medida reflecte precisamente esta preocupação e operacionaliza soluções para os grandes desafios colocados à RAM em matéria ambiental: cada uma das acções propostas aponta para um domínio de intervenção prioritária – informação e educação ambiental, requalificação do ambiente urbano e da paisagem, ordenamento da orla costeira e dos cursos de água, infra-estruturas de saneamento básico e de tratamento de esgotos e águas residuais, infra-estruturas de abastecimento de água. Sendo claramente direccionadas para intervenções em sectores específicos, as acções interligam-se e complementam-se, procurando a conjugação de projectos de tipo material (todas as acções) e imaterial (essencialmente na Acção 1.4.1), na linha dos princípios basilares do QCA III. Na prática, porém, esta articulação tem sido de difícil concretização, com os projectos de alcance imaterial a assumirem uma importância bastante periférica no seio da medida.</p> <p>Neste sentido, continuam válidas as conclusões apresentadas no relatório de Avaliação Intercalar, segundo o qual o desenvolvimento dos projectos de natureza imaterial (no âmbito da Acção 1.4.1, mas também da Acção 1.4.2) não assume ainda a importância devida. Importa, por isso, apostar nesta área, até como forma de aproveitar o grande investimento feito em estudos de base. Deverá haver um maior dinamismo por parte das autarquias na apresentação de projectos e um crescente incremento da aprovação de candidaturas no âmbito das duas primeiras Acções da Medida (AI, pp. 364, 374). Para tal, poderá ser preciso afinar as tipologias de projectos e os critérios de selecção, de modo a operacionalizar ainda mais os objectivos estratégicos da Medida e assim reforçar o investimento ao nível dos projectos imateriais.</p>				

Medida 1.5 <i>Competências Humanas e Equidade Social</i>
<p>As acções integradas no âmbito da Medida 1.5 do POPRAM III – <i>Competências Humanas e Equidade Social</i> – assumem uma importância decisiva no sucesso da estratégia de desenvolvimento regional, exigindo uma forte articulação com as outras medidas que integram a intervenção operacional. A importância conferida à medida reflecte-se no expressivo peso financeiro que esta assume no seio do Programa: 11,3% da dotação total do POPRAM III (totalidade da intervenção do FSE). As áreas e sectores prioritários visam ter em conta as necessidades e oportunidades decorrentes do processo de desenvolvimento sócio-económico, nomeadamente em sectores como o turismo, os serviços internacionais, a construção e as actividades tradicionais, merecendo especial destaque as acções e projectos associados à modernização do tecido empresarial, à valorização do ambiente, às novas tecnologias e às diversas actividades da sociedade da informação, à formação de competências estratégicas e ao fomento da inovação, assim como os que envolvem a constituição de parcerias de projecto (RI 2004, p. 64). A Medida 1.5 aparece, pois, como a medida do POPRAM III cujas acções são, por excelência, de alcance imaterial. Neste quadro, é de sublinhar que a Medida 1.5 visa também ir directamente ao encontro de uma das prioridades estratégicas definidas pela CE para o QCA III: a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.</p> <p>De acordo com o Relatório de Avaliação Intercalar, é possível reafirmar a relação de grande intensidade entre a Medida 1.5 e as prioridades estratégicas do POPRAM III, explicitada já na avaliação <i>ex-ante</i>, nomeadamente no que respeita às prioridades <i>Reforçar a competitividade e o posicionamento geoestratégico da economia madeirense e Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano</i> (AI, pp. 239-240). Tendo em conta a emergência de um novo contexto, de novos objectivos e de um ciclo de maior exigência na atribuição e gestão dos Fundos Comunitários (2007-2013), vocacionado para a competitividade territorial e para a valorização dos recursos endógenos e do potencial humano, a análise da Medida 1.5 – com particular incidência na questão do alcance imaterial e duradouro dos projectos – assume particular relevância, podendo constituir um sólido e importante contributo para a programação a realizar no âmbito do próximo período de apoio comunitário.</p> <p>Uma análise extensiva dos critérios de selecção apresentados revela-nos que estes se adequam à estratégia e ao contexto programático do POPRAM III, incidindo sobre as prioridades horizontais do QCA III – sociedade de informação, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e ambiente – e sobre aspectos tão importantes como a inovação, a promoção de parcerias e projectos de cooperação ou a interligação com outras áreas de intervenção e outras medidas do Programa (no sentido da potenciação do seu alcance imaterial).</p> <p>Os projectos integrados na Medida 1.5 têm, de uma forma ou de outra, uma forte componente de intervenção imaterial. A medida apresenta ainda a virtualidade de potenciar decisivamente o alcance imaterial dos projectos integrados noutras medidas com as quais consiga articular-se. Esta dimensão não foi, contudo, totalmente explorada.</p>



### Medida 1.5

#### Competências Humanas e Equidade Social

O Relatório de Avaliação Intercalar aponta algumas orientações para a optimização das intervenções no âmbito da Medida 1.5:

- a necessidade de assegurar a intensificação da regulação estratégica e a selectividade na dinâmica de aprovação da vertente FSE;
- a continuação do esforço de investimento nas vertentes de qualificação de jovens (formação inicial) e de desempregados, com importantes *impactes* já demonstrados em matéria de empregabilidade;
- a implementação de uma maior selectividade na aprovação de projectos, através da definição de uma malha mais apertada de prioridades estratégicas a prosseguir nas diversas acções que compõem a medida;
- o gradual aumento do envolvimento de activos do sector privado na formação contínua, com aprofundamento de metodologias adequadas de recolha de indicadores relativos à valia estratégica dessa participação e relativos à valia dos métodos pedagógicos utilizados, assumindo um quadro de monitorização mais proactivo na regulação do perfil das intervenções a apoiar;
- o reforço da promoção de acções destinadas à qualificação de adultos;
- o reforço das abordagens integradas e da actuação em parceria, que justifiquem a adopção de estratégias de regulação mais proactivas ao nível das práticas e lógicas de intervenção dos projectos de matriz FSE;
- a intensificação da monitorização estratégica ao nível das acções orientadas para a inovação e formação avançada, que revelaram um menor dinamismo e se reputam como importantes no quadro da estratégia de modernização do território;
- a assunção, por parte da gestão da vertente FSE, de um acompanhamento próximo dos projectos que convocam abordagens inovadoras, explorando e procurando promover o seu potencial de disseminação e a sua valia na optimização de resultados, com especial destaque no que se refere à abordagem orientada para as empresas que permita qualificar as estratégias de formação de activos através da evolução de um paradigma de acesso para um paradigma de integração - ainda muito deficitário no contexto de intervenção do FSE (AI, pp. 374-375).

Como exemplo de inovação e boas práticas, destaque-se o *Projecto Integrado de Apoio às Pequenas e Médias Empresas* (para uma descrição do projecto, cf. AI, pp. 240-241). Como exemplo de contribuição da Medida 1.5 para a potenciação dos efeitos imateriais de projectos integrados noutras medidas, destaque-se o projecto *Uma Família, Um Computador* (cf. AI, pp. 242-244). Destaque ainda para o contributo muito significativo da medida para a materialização da prioridade transversal de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, contributo eminentemente imaterial e de longo prazo: tanto ao nível das medidas de formação como de emprego, as mulheres têm taxas de participação bastante mais elevadas do que os homens, o que não deixa de ser um dado importante (AI, p. 232).

Exemplos de projectos com efeitos multiplicadores aos mais diversos níveis são também os que se inserem na Acção 1.5.5, concretamente o *Programa Vida e Trabalho e as Empresas de Inserção*, ambos inseridos no objectivo de promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo. O primeiro projecto visa apoiar a integração sócio-profissional de toxicodependentes em tratamento, através de estágios de integração ou de experiência de trabalho com a finalidade da respectiva integração ou reintegração no mercado de trabalho. Durante o ano de 2004, foram integradas 19 pessoas. O segundo projecto tem por objectivo o desenvolvimento da economia social através de apoio à criação de empresas, possibilitando uma formação profissional e uma profissionalização às pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. A partir da sua implementação (Maio de 2004), contou desde logo com a participação de 15 pessoas.

As Acções na área do Emprego devem também ser realçadas:

- a Acção 1.5.9 envolve a execução de diversas medidas cujos objectivos são: a ocupação de jovens desempregados, a criação de postos de trabalho e ainda medidas de apoio à procura de emprego e formação profissional de desempregados. Esta acção traduz-se nas seguintes medidas de emprego: Apoio à Contratação de Jovens, Estágios Profissionais, Programa Ocupacional de Desempregados, Formação Emprego para Jovens e Unidades de Inserção na vida Activa. De entre aquelas medidas, realce-se os Estágios Profissionais, que têm sido um instrumento utilizado com sucesso na integração de jovens com elevados níveis de qualificação, permitindo-lhes, através desta medida, aperfeiçoar as suas competências socioprofissionais. É no entanto a acção cujo custo por posto de trabalho criado atinge valores mais elevados (19495 €);
- a Acção 1.5.10 apresenta a mesma diversidade de medidas, com a diferença de os adultos desempregados serem a população alvo. Nesta Acção, temos como medidas activas de emprego: Apoio à Contratação, Programa Ocupacional de Desempregados, Programa Formação Emprego para Adultos e os Clubes de Emprego;
- a Acção 1.5.11, que é dirigida a beneficiários do Sistema de Protecção Social, apresenta como medidas activas de emprego o Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados, que permite o exercício de uma actividade de interesse colectivo proporcionando uma experiência profissional, e o Programa Criação do Próprio Emprego, que permite aos desempregados obter apoio financeiro ao empreendedorismo.

A Acção 1.5.12, que integra medidas que visam estimular o desenvolvimento local, inclui dois grandes programas: Iniciativas Locais de Emprego e Apoio à Criação do Próprio Emprego; estes programas traduzem-se em incentivos ao investimento e à criação de postos de trabalho, no primeiro dos casos voltados para a rentabilização das potencialidades locais e correspondendo às necessidades dos contextos locais de inserção (RE 2004, pp. 67-68). É a Acção na área do Emprego que têm demonstrado maiores dificuldades no cumprimento das metas físicas definidas, dado que está dependente da capacidade dos potenciais beneficiários gerarem propostas adequadas às prioridades da Região e ao perfil dos próprios candidatos. Note-se que os programas apoiados por esta acção também se têm ressentido negativamente com as mudanças regulamentares que lhes estão associadas, nomeadamente pelo facto dos programas deixarem de contemplar a realização inicial de formação em gestão. Este aspecto tem gerado iniciativa da parte do IRE em realizar formação neste domínio.



### Medida 2.1

#### Agricultura e Desenvolvimento Rural

As acções integradas no âmbito da Medida 2.1 do POPRAM III assumem grande centralidade na estratégia de desenvolvimento regional, na medida em que visam intervenções num dos sectores tradicionalmente mais importantes da economia madeirense, numa perspectiva integrada que tem como pano de fundo objectivos de desenvolvimento local e rural. O sector agrícola desempenha uma importante função na manutenção e conservação da paisagem humanizada característica da região, sendo igualmente um factor de equilíbrio ecológico e social. Considerando o papel multifuncional de que se reveste o sector agrícola, as intervenções a realizar visam consolidar a ligação deste, enquanto actividade produtiva, com o desenvolvimento das localidades rurais, nas suas múltiplas vertentes, de forma sustentada (CP, III, p. M2.1 – 3).

Sublinhe-se que a estrutura da Medida 2.1 abre inúmeras portas à apresentação de projectos de natureza imaterial, concretamente no âmbito das Acções 2.1.1, 2.1.2, 2.1.4, 2.1.5 e 2.1.7, o que reflecte a assunção das grandes prioridades do POPRAM III (“reforçar a competitividade e posicionamento geoestratégico da economia madeirense; promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano; assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais”) e da nova estratégia de actuação, mais voltada para projectos capazes de produzir efeitos multiplicadores e duradouros. O *impacte* da medida nos objectivos estratégicos do Programa tem, contudo, sido inferior ao previsto inicialmente (cf. conclusões do relatório de Avaliação Intercalar, p. 255). Esta constatação parece ser particularmente evidente no caso das intervenções de alcance imaterial.

Como tivemos oportunidade de afirmar, e recuperando as conclusões do relatório de Avaliação Intercalar, a Medida 2.1 tem estado, na sua globalidade, muito aquém da consecução dos objectivos inicialmente definidos. A maior parte dos projectos aprovados integram-se na Sub-Acção 2.1.1.1 – Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas – e nas sub-acções da Acção 2.1.3 – Infra-estruturas –, o que nos dá uma ideia bastante precisa da importância central que as intervenções de tipo material e infraestrutural continuam a ter no que concerne ao sector da agricultura e do desenvolvimento rural. Sendo compreensível que assim seja (tendo em conta o próprio atraso estrutural da agricultura portuguesa), não deixa de ser premente que se reequacionem as tipologias de projectos e os critérios de selecção, de modo a operacionalizar ainda mais os objectivos estratégicos da medida e assim reforçar o investimento ao nível dos projectos imateriais.

O que acabámos de afirmar ganha particular acuidade se pensarmos que, até ao final de 2004, não tinham sido aprovados quaisquer projectos no âmbito das Acções 2.1.5 e 2.1.7, duas das acções da Medida que mais directamente remetem para o plano das intervenções de natureza imaterial. Sublinhe-se que estas acções foram regulamentadas apenas em Fevereiro de 2002; de todo o modo, não deixa de ser preocupante que, desde então, não tenhamos assistido à aprovação de qualquer projecto de promoção e desenvolvimento de “serviços agro-rurais especializados” ou de “preservação e valorização do ambiente e do património rural”. A este dado, deve ser acrescentado o reduzido número de projectos aprovados, até finais de 2004, no âmbito da Acção 2.1.4, também ela uma acção voltada para a inovação e, naturalmente, para o domínio do imaterial – apenas 4 projectos em 4 anos.

Mantêm-se, portanto, bastante incisivas (salvaguardando as necessárias actualizações) as principais conclusões do relatório de Avaliação Intercalar, devendo o Quadro 128 (onde é apresentado um resumo da contribuição dos projectos então aprovados para a consecução dos objectivos da medida inicialmente delineados) constituir um ponto de partida importante para a reflexão em torno da eficácia da medida e das possibilidades de optimização de tipologias de projectos e critérios de selecção capazes de potenciar a apresentação e desenvolvimento de projectos de natureza imaterial (cf. AI, pp. 253-254).

Tendo em conta a emergência de um novo contexto, de novos objectivos e de um ciclo de maior exigência na atribuição e gestão dos Fundos Comunitários (2007-2013), período que se orientará para a competitividade territorial e para a valorização dos recursos endógenos e do potencial humano, é de todo o interesse que se aprofunde a reflexão em torno desta questão. A hipótese de superação deste desafio poderá passar por uma aposta decisiva no tipo de acções que agora não tiveram a procura desejada (Acções como a 2.1.4, 2.1.5 e 2.1.7) e que propõem explicitamente intervenções materiais não infraestruturais ou intervenções de natureza imaterial. Tal aposta significará eventualmente a redução significativa dos fundos destinados a intervenções materiais infraestruturais e a sua reorientação para áreas relacionadas com o desenvolvimento dos recursos humanos, o desenvolvimento rural e cultural, a I&D ou o ambiente.

### Medida 2.2

#### Pescas e Aquicultura

As medidas destinadas a apoiar os sectores tradicionais de especialização (agricultura e pescas) possuem elos de ligação mais ténues com as grandes prioridades do POPRAM III e os objectivos gerais da Estratégia Regional, fruto de opções claras que foram assumidas em matéria de internacionalização, de promoção da empregabilidade e de melhoria da qualidade de vida; todavia, importa ter presente que essas medidas contemplam acções que propõem intervenções que facilmente se poderão articular de forma virtuosa com a Estratégia Regional, nomeadamente em termos de inovação, qualificação de recursos humanos e desenvolvimento sócio-económico (veja-se, neste caso, a estrutura de sub-acções da Acção 2.2.2).

A modernização de um sector tradicional e em crise como é o sector das pescas deve ser uma prioridade em termos de desenvolvimento sócio-económico da região; esta depende de ajudas públicas, em especial no que à renovação da frota diz respeito, visto o tecido empresarial envolvido ser constituído em grande parte por pequenos armadores/pescadores de fracos recursos financeiros. Sem apoios sob a forma de subsídios ao investimento, estes armadores não têm possibilidades de substituir as suas embarcações por outras com melhores condições de segurança, conforto e conservação de pescado a bordo, uma vez que não têm alternativas àquelas ajudas, por falta de capitais próprios (auto-financiamento) e sobretudo pela dificuldade de recurso ao crédito, dadas as exigências contratuais das instituições bancárias. Os armadores e também alguns industriais regionais fazem parte de comunidades dependentes da pesca, pelo que os apoios financeiros são fundamentais para o desenvolvimento da sua actividade. Só com apoios comunitários e nacionais foi possível iniciar, em 1986, a renovação da frota, construir e modernizar unidades de transformação de pescado e lançar investimentos na área da aquicultura. Assim, a manutenção das ajudas públicas é fundamental para o prosseguimento da política de modernização do sector das pescas regional, sem as quais dificilmente os intervenientes poderão dar resposta a potenciais investimentos, atendendo à sua reduzida dimensão empresarial. Ao mesmo tempo, a intervenção nesta área é essencial para assegurar processos de desenvolvimento das comunidades piscatórias e a qualificação e reconversão profissional dos pescadores e ex-pescadores. Estes são objectivos que, todavia, não parecem estar a obter a concretização esperada e necessária.



**ANÁLISE TEMÁTICA – MATRIZ RESUMO DA ANÁLISE “CONJUGAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL” E RELAÇÃO COM O CONTEXTO PROGRAMÁTICO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS**

<b>Medida 2.2</b> <i>Pescas e Aquicultura</i>
<p>O tipo de projectos apresentados até à data no âmbito da Medida 2.2 do POPRAM III reflecte, em grande medida, a situação do sector das pescas não só na RAM, mas no contexto do nosso país. Devido à situação difícil que o sector atravessa, os armadores têm optado, na larga maioria dos casos, pelo abate das embarcações, o que explica a predominância deste tipo de projectos na estrutura da medida, a par com as candidaturas a prémios individuais para antigos tripulantes de embarcações abatidas. O tecido empresarial existente, constituído, na sua maioria, por pequenas empresas tradicionais com fraco espírito de iniciativa e fraco poder financeiro, explica a reduzida aposta em acções inovadoras e a quase ausência de projectos de modernização e investimento. Sendo certo que é imprescindível a adaptação dos armadores e das comunidades piscatórias às necessidades e condições actuais das pescas – daí a preocupação com a situação socio-económica de pescadores e ex-pescadores -, não é menos importante a busca de caminhos para a modernização do sector e para a sua reconversão estratégica. A estrutura de sub-acções da Acção 2.2.2 reflecte precisamente esta preocupação, mas a verdade é que, dos 52 projectos apresentados no âmbito desta Medida em 2004, apenas 2 se referem a investimento e dizem respeito à construção de embarcações. De fora têm ficado intervenções mais inovadoras, o que deve ser sublinhado como referência para o futuro. Importa potenciar o dinamismo dos privados registado no início de 2005 e apontar para a definição de linhas de orientação mais específicas no que toca à elaboração de critérios de selecção de projectos, orientando as intervenções para áreas como as novas tecnologias aplicadas à pesca e à aquicultura, a inovação na promoção dos produtos da pesca e a qualificação dos recursos humanos, sem negligenciar a importância das medidas de carácter socio-económico e de apoio à reconversão profissional dos ex-pescadores e à integração e coesão social das comunidades piscatórias.</p>

<b>Medida 2.5</b> <i>Coesão e valorização social</i>		
<b>Acção 2.5.1</b> <i>Infra-estruturas e equipamentos de ensino</i>	<b>Acção 2.5.2</b> <i>Infra-estruturas e equipamentos de inserção e valorização social</i>	<b>Acção 2.5.3</b> <i>Infra-estruturas e equipamentos de saúde</i>
<p>As acções de <i>Coesão e Valorização Social</i> constituem uma prioridade em diversas linhas directrizes da estratégia de desenvolvimento da RAM, designadamente por se constituírem como um vector transversal de coerência entre prioridades temáticas (GOP 2005-2009). Nas orientações sectoriais inscritas nas GOP 2005-2009, as acções previstas na Medida 2.5 do POPRAM III estão plasmadas quer no domínio “Competências humanas, equidade e coesão social” (que inclui formação e educação, emprego, trabalho, juventude, saúde e segurança social e solidariedade), quer no domínio da “Sustentabilidade do desenvolvimento e qualidade de vida” (onde se inclui a habitação social).</p> <p>Na estratégia do POPRAM III, tais domínios inscrevem-se sobretudo na linha estratégica de acção “Criação de condições para uma maior coesão e valorização social, promovendo o acesso a bens cruciais para a qualidade de vida e para a mobilidade e inserção social, de modo a reduzir as assimetrias existentes”.</p> <p>À excepção do objectivo de redução das assimetrias internas de desenvolvimento através da melhor estruturação da rede viária, que não é passível de desencadear projectos de natureza imaterial, todos os restantes objectivos deste Eixo Prioritário acolhem a possibilidade de conciliação das vertentes material e imaterial das intervenções. Seja no âmbito da competitividade, emprego e valorização da base económica local, da promoção da coesão e valorização social ou do desenvolvimento integrado de um dado território (Porto Santo), são de esperar que, nestes domínios, surjam iniciativas de natureza imaterial que se articulem e gerem sinergias com os projectos de infraestruturização e de dotação equipamental realizados e a realizar e com a aposta necessária no factor humano, individual ou colectivo, seja este mão-de-obra ou numa perspectiva de intervenção na comunidade.</p> <p>Esta medida assenta claramente em intervenções no domínio das estruturas sociais, assumindo de forma clara a sua prioridade a infra-estruturas, equipamentos e seu apetrechamento. De acordo com as tipologias de projectos contempladas, não existe cabimento objectivo de projectos de natureza imaterial, o que revela uma visão pouco ampla para a problemática da coesão e valorização social. Esta, se em primeira instância passa pela dotação em estruturas físicas capazes de alicerçar um desenvolvimento social integrado, em equidade e capaz de melhorar a qualidade de vida dos madeirenses, não deve negligenciar o necessário e subsequente aproveitamento dessas estruturas, dos meios materiais e humanos que possuem, com projectos de dinamização e rendibilização dos investimentos materiais efectuados. A gradual apropriação por parte do programa operacional regional de maior capacidade de acolhimento de projectos de natureza imaterial deverá ser um elemento incontornável na configuração do próximo Programa, indo assim ao encontro da mudança de paradigma que as mais recentes directrizes para o próximo período de programação dos fundos comunitários pressupõe.</p>		



SISTEMATIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES  
DOS PARTICIPANTES NO FOCUS GROUP DE 7 DE JULHO DE 2005

Domínios de Competitividade	Questões Fundamentais e Aspectos Imateriais	Linhas de Orientação (critérios de selecção, tipologias de projectos, procedimentos, etc.).
Infra-estruturas produtivas e acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Congestionamento tráfego – gestão de circulação rodoviária (pesados e ligeiros);</li> <li>• Idem/Gestão circulação e transportes urbanos);</li> <li>• Coordenação transportes turísticos/gestão da frota e passeios turísticos;</li> <li>• A generalidade dos parques empresariais ainda são muito recentes, ainda não estão totalmente infraestruturados e os preços dos terrenos ou valores das rendas são relativamente elevados para as empresas se deslocalizarem;</li> <li>• Melhoria das condições de funcionamento e de operação dos sistemas de transporte (marítimo e aéreo) e de actividades logísticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de transportes, comunicações e sociedade de informação;</li> <li>• Realização de estudos no âmbito da gestão do tráfego e da mobilidade geográfica;</li> <li>• Gestão dos transportes urbanos, com racionalização de horários e bilhética, introdução de veículos não poluentes e adequados à circulação nos centros históricos das cidades.</li> </ul>
Ambiente, energias renováveis e prevenção de riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O privilegiar a opção na qualidade do ambiente e no desenvolvimento sustentável tem implicações diversificadas em matéria de políticas e projectos imateriais;</li> <li>• Recursos Naturais e Paisagem são cada vez mais importantes para o Turismo;</li> <li>• Custos energia/estudo das soluções energias renováveis para minimizar custo aquecimento águas (piscinas, mas também água quente domésticas);</li> <li>• Dinâmica positiva na difusão da agricultura biológica, com especificidade em contexto de minifúndio, esbarra com procedimentos e exigências de candidaturas demasiado pesados e rígidos;</li> <li>• Pouca harmonia e mau urbanismo nas zonas rurais, por falta de sensibilização e insuficiente apoio técnico aos proprietários/promotores;</li> <li>• Dinamização da requalificação urbana implica sensibilização, estudos e levantamentos técnico-económicos e divulgação/ sensibilização junto dos proprietários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a sensibilização e educação ambiental (nas escolas e autarquias);</li> <li>• Maiores exigências nos Sistemas de Saneamento Básico (passar do tratamento primário para o secundário);</li> <li>• Difusão das energias renováveis (ex. piscinas colectivas e blocos habitacionais com painéis solares);</li> <li>• Reforçar a agricultura biológica (livre de produtos transgénicos);</li> <li>• Necessidade de projectos simplificados para pequenos projectos, com processos e critérios de selecção e acompanhamento adequados (pequena agricultura biológica);</li> <li>• Os projectos nos domínios da melhoria do urbanismo e da requalificação urbana, deverão ter componente imaterial (comunicação, acções de sensibilização, apoio técnico, componentes de demonstração, etc.).</li> </ul>
Actividades Produtivas e dinâmica empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento de atitudes indutoras de empreendedorismo e busca de competitividade empresarial;</li> <li>• Para o sucesso na atracção de novas empresas necessário melhorar as qualificações e competências em áreas sensíveis (ex. contabilidade, língua inglesa);</li> <li>• Atraso nos processos de internacionalização de empresas madeirenses (As empresas de construção civil, dado o esgotamento do modelo de crescimento, estão a tentar internacionalizar-se, mas só agora é que estão a ser formados os 1<sup>os</sup> engenheiros pela U. Madeira;</li> <li>• Necessidade de credibilizar e reforçar a estratégia de desenvolvimento turístico para a RAM (que “marca” e “produto” pretendem vender; que turista atrair; o Plano de Ordenamento Turístico existente não é respeitado);</li> <li>• A actividade turística, apesar dos progressos registados ainda tem algumas vulnerabilidades e margens de progresso (ex. turismo da natureza e eco-turismo; alojamento turístico excessivamente concentrado no Funchal; necessidade de rejuvenescimento do artesanato; insuficiente informação e coordenação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão e realização de estudos de <i>benchmarking</i> que permitam alargar e alongar a visão estratégica dos empresários e fomentar atitudes de mudança;</li> <li>• Necessárias medidas para apoio à criação de parcerias público-privadas e públicas para a cooperação.</li> </ul>



SISTEMATIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES  
DOS PARTICIPANTES NO FOCUS GROUP DE 7 DE JULHO DE 2005

Domínios de Competitividade	Questões Fundamentais e Aspectos Imateriais	Linhas de Orientação (critérios de selecção, tipologias de projectos, procedimentos, etc.).
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento da competitividade regional → identificação de áreas de produção industrial e de serviços sem dependências de grandes logísticas materiais (→ disponibilidade infra i) banda larga; ii) rede de comunicação local);</li> <li>Dificuldade de articulação da U. Madeira com as empresas (inovação);</li> <li>A Região não está a retirar benefício de algumas investigações feitas em parceria com entidades estrangeiras (45% docentes da U Madeira são doutorados);</li> <li>Necessidade de identificar as áreas a privilegiar com capacidade de investigação na U. da Madeira e sua articulação com atracção de investigadores de alta qualidade;</li> <li>Papel da Sociedade da informação no rejuvenescimento e divulgação da imagem do destino turístico Madeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acções de sensibilização, sobretudo ao nível de decisores, para novas áreas emergentes e que afectam a sociedade (qualidade, ambiente, higiene e segurança no trabalho, inovação);</li> <li>Vulgarização de boas práticas na área de desenvolvimento do software;</li> <li>Desenvolvimento de competências em desenvolvimento de projectos de software e trabalhos em rede de cooperação;</li> <li>Intervenção no acesso aos sites, organização de centrais de reservas, divulgação de observatórios da natureza (flora madeirense, bird watching, etc).</li> </ul>
Recursos Humanos e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer a aplicação experimental e a disseminação de boas práticas de inovação (<i>form profis</i>, estabelecimento de normas de boas pratica, apoio à difusão empresarial);</li> <li>Crescente importância da componente reconhecimento, validação e certificação de competências (a Escola Prof. de Hotelaria e Turismo da Madeira, vai ter um Centro);</li> <li>Não fazem sentido os pedidos de pagamento de saldo nos projectos FSE (prazos de capacitação pode variar de um curso para outro);</li> <li>Desafios crescentes na gestão do desemprego de grupos sociais específicos (socialmente desfavorecidos, toxicodependentes, etc.) e o papel dos projectos de empresas de inserção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio a novas formas de organização da formação (ex. plataformas de e-learning) → apoio às entidades formadoras interessadas;</li> <li>Reforçar apoios com orçamentos compatíveis para formação de formadores altamente especializados em áreas de informática (MCSE, MCSA, MCDA, etc.);</li> <li>Formação associada à inserção social, currículos alternativos;</li> <li>Sensibilização/Formação de Professores nas áreas de desenvolvimento comunitário e inserção social de jovens.</li> </ul>
Equipamentos Sociais (cultura e educação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alguma irracionalidade na dotação e gestão dos equipamentos culturais e desportivos existentes, frequentemente sub-utilizados e com altos custos de funcionamento;</li> <li>Falta de sincronização na programação das actividades dos diversos equipamentos ao longo do ano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio às componentes de divulgação e programação dos equipamentos culturais e desportivos;</li> <li>Apoio a estudos de reconversão e ligação de instalações e equipamentos para a difusão e utilização das TIC;</li> <li>Necessidade de uma medida para rentabilização da utilização de certos equipamentos ao longo do ano (ex. Tecnopolo, Centros Culturais);</li> <li>Monitorização do sistema e do sucesso educativo.</li> </ul>
Equipamentos Sociais (saúde e solidariedade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de assimetrias na cobertura geográfica de equipamentos sociais (concelhos pobres, com população socialmente desfavorecida sem sala ou salão comunitário, e sem materiais de apoio, pequena criminalidade, abandono escolar);</li> <li>Necessidade de melhorias na articulação do Serviço Regional de Saúde com a Segurança Social e assistência Familiar;</li> <li>Coordenação e integração dos Sistemas Regionais de Informação de Saúde com os de outros Sistemas Europeus, para facilitar o acompanhamento e tratamento de turistas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de Escolas Profissionais e formação pré-profissional para jovens com problemas de integração social e educacional;</li> <li>Racionalização dos modelos organizativos da Rede Regional de Saúde e de Segurança Social.</li> </ul>



SISTEMATIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES  
DOS PARTICIPANTES NO FOCUS GROUP DE 7 DE JULHO DE 2005

Domínios de Competitividade	Questões Fundamentais e Aspectos Imateriais	Linhas de Orientação (critérios de selecção, tipologias de projectos, procedimentos, etc.).
Aspectos globais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envieçamento da componente material na apreciação dos projectos pela União Europeia;</li> <li>• Desajustamento dos procedimentos de selecção dos projectos de inovação imateriais (processos pesados, orçamentação excessivamente rígida face à incerteza);</li> <li>• Desajustamento dos procedimentos de acompanhamento e controle (excesso de relatórios e justificação burocrática de despesa), especialmente nos projectos de inovação;</li> <li>• Excessivo gasto de tempo dos responsáveis dos projectos com elaboração de relatórios técnico-burocráticos, desviando a atenção do desenvolvimento do projecto e seus objectivos;</li> <li>• -Desajustamento de indicadores físicos e de resultados nos projectos imateriais;</li> <li>• Pouca visibilidade dos projectos imateriais face aos projectos infraestruturais; Dificuldade em fazer comunicar à população e aos políticos da importância da componente imaterial no desempenho dos projectos;</li> <li>• Nalguns casos os critérios de selecção de candidaturas existentes são adequados e suficientes (ex. Medida 1.2), mas não funcionam. Será que as equipas de análise de projecto estão preparadas para os analisar e verificar se os indicadores de acompanhamento e de <i>impacte</i> são atingíveis;</li> <li>• Respeito pelos critérios de selecção (enquadramento estratégico nos objectivos do Programa/medida/acção; viabilidade económico/financeira; análise da reprodutibilidade do investimento (na economia, no sector), consistência dos parâmetros e indicadores;</li> <li>• Interpretações diferentes entre Fundos e entre programas do mesmo Fundo quanto ao entendimento do que é despesa elegível → clarificação desse entendimento dentro de cada Fundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contributo efectivo dos projectos (directos e indirectos) para os objectivos das políticas económicas, sociais e ambientais;</li> <li>• Nos projectos de inovação – considerar potencial de gerar factores com efeito multiplicativo nas políticas (competitividade empresarial e administração pública; melhoria da eficiência dos investimentos em infra-estruturas, equipamentos e serviços; redução dos seus custos de exploração/manutenção);</li> <li>• Adequar os procedimentos e orçamentos para projectos de inovação imateriais; (privilegiar a eficiência na obtenção dos objectivos; componente variável do orçamento (+ óptica dos resultados obtidos e menos na base dos custos justificados);</li> <li>• Monitorização contínua (com visitas periódicas no acompanhamento do progresso dos projectos. Identificação e compreensão dos problemas e medidas correctivas/revisão objectivos);</li> <li>• Utilização das novas TIC na apresentação de candidaturas, acompanhamento e monitorização (relatório de progresso, justificação dos desvios; submissão de alterações, pagamentos, etc.);</li> <li>• Necessidade de um bom projecto Imaterial no POPRAM III (ou no próximo quadro) para ajudar a comunicar à população e aos políticos dos resultados e contributos dos projectos imateriais para a melhoria de desempenho dos Programas e medidas.</li> </ul>
Mediação institucional e governança	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Integração de todo o processo burocrático, com suporte web de todo o processo desde a candidatura ao pedido de saldo final, com a possibilidade de consulta on-line do estado de processamento;</li> <li>2. Garantia do registo de dados apenas uma vez, sem reintroduções durante todo o projecto;</li> <li>3. Simplificação dos formulários, nomeadamente Pedido de Pagamento de Saldo Intermédio e Pedido de Pagamento de Saldo Intermédio;</li> <li>4. Avaliação sistemática e obrigatória do <i>impacte</i> sócio-económico de todas as acções a realizar no âmbito deste quadro. Esta situação obriga à selecção de instrumentos de avaliação, independentes do promotor, e alvo de financiamento, para cada projecto;</li> </ol> <p>✓ Para além de uma estratégia regional clara e de uma assunção pelo poder político quanto ao papel dos projectos de natureza imaterial, tem de haver organizações para intermediação institucional e governança</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar a modernização da administração pública com a implementação de novos sistemas de software que facilitem a interligação de dados e a redução da burocracia;</li> <li>• Maior transparência no conhecimento e procedimentos das candidaturas e explicitação de critérios, com responsabilização dos beneficiários (possibilidade de defesa dos seus projectos e resultados nas Unidades de gestão) e maior agilização nos processos de apreciação;</li> <li>• Fomentar através de benchmarking a realização de boas práticas de cooperação e difusão de informação entre entidades regionais, frequentemente fechadas e de “costas voltadas”;</li> <li>• Criação de entidades com autonomia administrativa e financeira ou de parcerias público-privadas com um funcionamento mais ágil e de tipo empresarial, embora sem fins lucrativos.</li> </ul>



**Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar  
do POPRAM III (2000-2006)**

**FOCUS GROUP  
PROJECTOS IMATERIAIS**

*Funchal, 7 de Julho 2005*



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



**QUE LINHAS DE ORIENTAÇÃO SEGUIR  
PARA A DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE  
SELECÇÃO PARA PROJECTOS DE  
NATUREZA IMATERIAL?**



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



## TÓPICOS DE REFLEXÃO

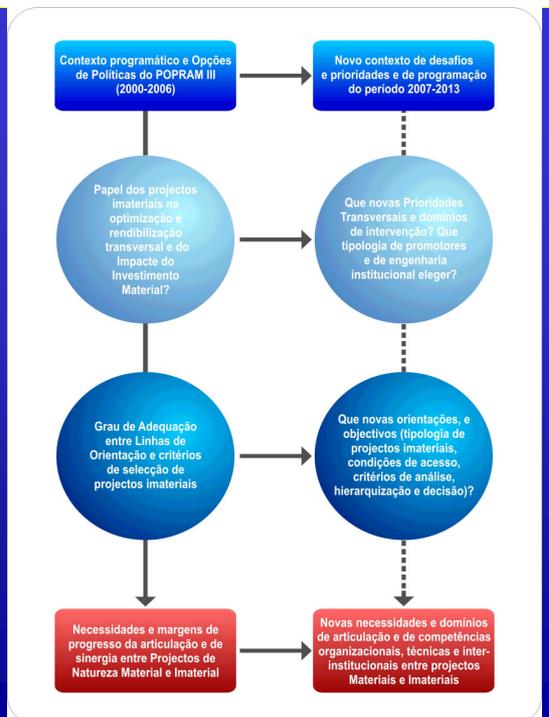
- i) **MUDANÇA DE CONTEXTO**  
DO OBJECTIVO *CONVERGÊNCIA* (1989-2006) AO OBJECTIVO *COMPETITIVIDADE REGIONAL E COESÃO SOCIAL* (2007-2013)
- ii) **O PAPEL DOS PROJECTOS IMATERIAIS NA OPTIMIZAÇÃO DO INVESTIMENTO MATERIAL;**
- iii) **GRAUS DE ADEQUAÇÃO ENTRE LINHAS DE ORIENTAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS: NECESSIDADES E MARGENS DE PROGRESSO**
- iv) **DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS/PROJECTOS DE NATUREZA IMATERIAL ESPECIALMENTE RELEVANTES (BONS EXEMPLOS / LACUNAS)**
- v) **LIÇÕES PARA O FUTURO**  
QUE LINHAS DE ORIENTAÇÃO E CRITÉRIOS? QUE MELHORIAS INTRODUIZIR? COMO OPERACIONALIZAR?



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



## Que Linhas de Orientação para a Definição de Critérios de Selecção para Projectos Imateriais?





Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POP RAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



## MUDANÇA DE CONTEXTO

- REDUÇÃO (SIGNIFICATIVA) DE FUNDOS
- ALTERAÇÃO DE OBJECTIVOS E PRIORIDADES
- MUDANÇA DE PARADIGMA NA NATUREZA DOS PROJECTOS (INFRAESTRUTURAIS VS IMATERIAIS)
- => ENCERRAMENTO PROGRESSIVO DE UM CICLO DE DESENVOLVIMENTO
- => EMERGÊNCIA DE UM NOVO CICLO, MAIS EXIGENTE



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POP RAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



### 2007-2013 - Um novo Ciclo de Desenvolvimento para a RAM Novo contexto, com novos objectivos e instrumentos de programação

2000- 2006	2007 - 2013	
Objectivos (e Instrumentos Financeiros)	Objectivos (e Instrumentos Financeiros)	Prioridades
<b>Fundo de Coesão</b> (Fundo de Coesão)  <b>Objectivo nº 1 – Regiões menos desenvolvidas</b> (FEDER, FSE, FEOGA- Garantia e Orientação; IFOP)	<b>Competitividade Regional e Emprego</b> - nível regional (FEDER) - nível nacional - Estratégia Europeia para o Emprego (FSE)	- Inovação - Ambiente / prevenção de riscos - Acessibilidade - Estratégia Europeia para o Emprego
<b>Iniciativas Comunitárias:</b> INTERREG e URBAN (FEDER); EQUAL (FSE); LEADER + (FEOGA-O)	<b>Cooperação Territorial Europeia (FEDER)</b> - Cooperação Transfronteiriça; - Cooperação Transnacional; - Redes de Cooperação; - Programa Especial para as Regiões Ultraperiféricas	- Inovação - Ambiente / prevenção de riscos - Acessibilidade - Cultura e educação
	<b>Especificidades Territoriais –</b> Zonas rurais ou dependentes da pesca (FEDER + FEADERural+ FEPescas)	Acções de diversificação



## ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

### A competitividade territorial (no longo prazo)

- = a capacidade em melhorar, de forma sustentada, o nível de vida dos seus habitantes → capacidade das regiões:
- produzirem bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais;
  - gerar níveis de emprego e de rendimento relativamente elevados

### A competitividade territorial pressupõe:

- concorrência entre empresas e territórios no seio de espaços mais vastos;
- a concorrência entre territórios exige o fortalecimento dos laços de cooperação entre os vários actores económicos internos e externos de um território



### Coesão económica

Melhoria do desempenho (PIB per capita, produtividade e mercado de trabalho)

### Coesão económica e social

Melhoria das condições de vida com incidência ao nível dos agentes, cidadão e espaço em aspectos como:

- desempenho económico;
- distribuição do rendimento;
- educação e cultura
- habitação e saúde
- Bem estar, conforto e protecção social

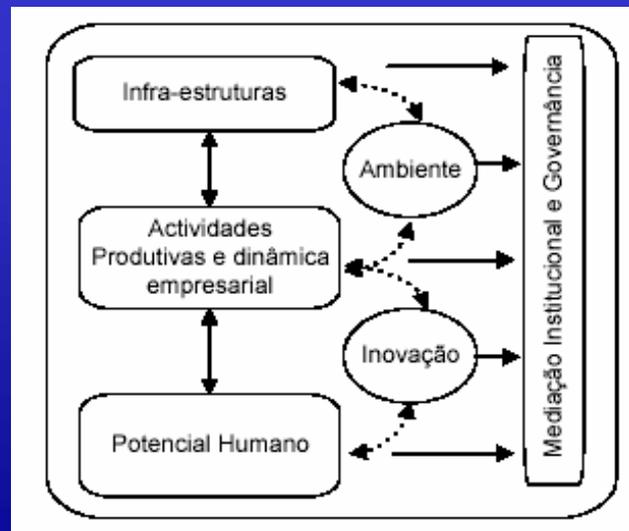


## Dois grandes vectores para a identificação de linhas de orientação de projectos imateriais:

- Competitividade Territorial e Valorização de Recursos Endógenos e Potencial Humano
- Cooperação, Promoção Externa e Internacionalização



## COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO



Fonte: DGDR (2005) A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



## TIPOLOGIA DE PROJECTOS IMATERIAIS (Exemplo)

- “Estudos” de natureza diversificada (sectoriais, estratégicos, de promoção, técnicos, etc);
- Projectos com acções de estudos, planos ou trabalhos especializados;
- Projectos imateriais com acções de pequenas infra-estruturas;
- Projectos com acções de demonstração, projectos experimentais.



## PROJECTOS IMATERIAIS - Exemplo de Linhas de Orientação a desenvolver para a definição de Critérios de Selecção

Objectivos – Famílias de Acções	Finalidades
Optimização e rendibilização das infra-estruturas existentes co-financiadas pelos POPRAM I, II e III	Sinergias e complementaridades entre infra-estruturas e factores imateriais
Reforço da capacidade organizativa de instituições existentes e promoção da inovação organizacional	Capacitar actores e agentes de ligação, criando vivência institucional e espírito de cooperação, e diversificar o quadro institucional
Fundamentar estrategicamente novas áreas de intervenção ao nível dos municípios, não predominantemente infraestruturais	Apetrechar técnica e metodologicamente os municípios para as novas exigências e desafios de desenvolvimento no período de programação 2007-2013



## PROJECTOS IMATERIAIS - Exemplo de Linhas de Orientação (cont.)

Objectivos – Famílias de Acções	Finalidades
Avaliação das necessidades de formação para optimização de Recursos Humanos em infra-estrutura, equipamentos e projectos existentes	Optimização da utilização do FSE e criação de sinergias FSE-FEDER
Reforçar a competitividade e cooperação em matéria de inovação de base tecnológica e empresarial	Geração de novas capacidades e competências e projectos, não necessariamente infraestruturais, com potenciação do parque tecnológico e inovação em recursos endógenos locais
Acções de divulgação/disseminação de resultados de projectos europeus com boas práticas em matéria de factores imateriais de competitividade territorial	Melhorar a capacidade de formulação de projectos locais e regionais e das condições de transferibilidade e adaptação

Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos ImateriaisActualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais

### Discussão Temática

Respostas dos membros do painel “Focus Group” para alguns dos domínios de competitividade

- Questões fundamentais e aspectos imateriais
- Mediação Institucional e Governança

DOCUMENTO DE APOIO AO *FOCUS GROUP* – PROJECTOS IMATERIAIS



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



Domínios de Competitividade	Questões Fundamentais e Aspectos Imateriais	Mediação Institucional e Governança
Infra-estruturas produtivas e acessibilidades ...		
Ambiente, energias renováveis e prevenção de riscos		
Actividades produtivas e dinâmica empresarial		



Actualização do Estudo de Avaliação Intercalar do  
POPRAM III (2000-2006)  
Focus Group – Projectos Imateriais



Domínios de Competitividade	Questões Fundamentais e Aspectos Imateriais	Mediação Institucional e Governança
Inovação		
Recursos humanos e emprego		
Equipamentos sociais (cultura e educação)		
Equipamentos sociais (saúde e solidariedade)		

Acção	Questões Comuns	Indicadores				Comentário	
		Investimentos nas Explorações Agrícolas					
2.1.1	1.1. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento do rendimento dos agricultores beneficiários?	1.1-1.1. "Rendimento agrícola bruto" das explorações apoiadas (€).	VAB cf	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto	
				Global	Média Por Exploração	Global	Média Por Exploração
				1.830.017,79 €	5.922,39 €	5.932.583,26 €	19.199,30 €
2.1.1	1.2. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para uma melhor utilização dos factores de produção nas explorações?	1.2-1.1. Produção por hectare nas explorações apoiadas (€/ha).	Receita Bruta por hectare	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto	
				8.967,89 €		25.550,51 €	
		1.2-1.2. Produção por hora de trabalho nas explorações apoiadas (€/h).	Receita Bruta por hora de trabalho	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto	
				9,14 €		20,04 €	
2.1.1	1.3. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para uma reorientação das actividades agrícolas?	1.3-2.1. Número de explorações apoiadas que iniciaram actividades alternativas.	n.d.				
2.1.1	1.4. Em que medida é que os investimentos apoiados melhoraram a qualidade dos produtos agrícolas?	1.4-2.1. Percentagem de produtos apoiados vendidos com rótulo de qualidade (%): (a) no âmbito de sistemas de rotulagem a nível comunitário; (b) no âmbito de sistemas de rotulagem a nível nacional; (c) no âmbito de outros sistemas de rotulagem.	n.d.				
2.1.1	1.6. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para a prática de uma agricultura inócua para o ambiente?	1.6-1.1. Percentagem de explorações beneficiárias que introduziram melhorias ambientais graças ao co-financiamento (%): (a) em que a melhoria ambiental era a finalidade directa do investimento; (b) em que a melhoria foi um efeito colateral (por exemplo, devido à aquisição de novo equipamento, com objectivos económicos); (c) em que a melhoria se relacionava com os resíduos e o excesso de estrume (%); (d) em que a melhoria se relacionava com a gestão da água na exploração; (e) em que a melhoria se relacionava com (outras) práticas ou sistemas agrícolas inócuos para o ambiente.	a) n.d ; b) n.d.; c) n.d.; d) n.d.				Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta às questões.
			1.6-2.3. Percentagem das explorações apoiadas que cumprem as normas relativas ao estrume (%).	n.d.			
2.1.1	1.7. Em que medida é que os investimentos melhoraram a qualidade do processo de produção, nomeadamente melhorando as condições de trabalho e o bem-estar dos animais?	1.7-2.1. Percentagem de animais das explorações apoiadas cujas condições de bem-estar melhoraram graças aos investimentos apoiados (%): (a) investimentos cuja finalidade directa era o bem-estar dos animais; (b) investimentos em que o bem-estar dos animais foi um efeito colateral (por exemplo: devido à construção de novas instalações ou à aquisição de novo equipamento por outras razões); (c) investimentos relacionados com as normas de protecção dos animais; (d) investimentos relacionados com as normas comunitárias de protecção dos animais.	n.d.				

Acção	Questões Comuns	Indicadores		Comentário
<b>Instalação de Jovens Agricultores</b>				
2.1.1	II.1. Em que medida é que a ajuda à instalação cobriu os custos inerentes à mesma?	Rácio {ajuda à instalação}/custos efectivos inerentes à instalação}.	Ajuda à Instalação = 1.025.000,00€; Investimento Elegível Aprovado=4.834.045,69 €; Rácio = 21%.	Não há elementos que permitam determinar o indicador e, desta forma, dar resposta à questão.
2.1.1	II.2. Em que medida é que a ajuda à instalação contribuiu para que a cessão das explorações fosse antecipada?	Idade média dos cessionários na cessão apoiada. Idade média dos cedentes na cessão apoiada.	A cessação de actividade (PDRu) tem tido adesão nula. "	Não há informação que permita concluir se a medida contribuiu para a cessão antecipada das explorações, embora o facto da medida Reforma antecipada não ter adesão possa indiciar uma resposta negativa.
2.1.1	II.2.A Em que medida é que a ajuda à instalação contribuiu para que a cessão das explorações fosse antecipada (a favor de parentes/de estranhos), nomeadamente, em que medida as sinergias com a ajuda à reforma antecipada foram significativas, contribuindo para que a cessão fosse antecipada?	Rácio {número de beneficiários da ajuda à instalação que substituíram beneficiários da ajuda à reforma antecipada} / número total de cessões de explorações nesse período}. Rácio {idade média dos cessionários apoiados (jovens agricultores que receberam a ajuda à instalação) que substituíram os cedentes apoiados}/{idade média de todos os jovens agricultores que receberam a ajuda à instalação}.	"	
2.1.1	II.3. Em que medida é que a ajuda influenciou o número de jovens agricultores de ambos os sexos a iniciarem a sua actividade?	Número de jovens agricultores cuja instalação foi apoiada (por sexo). Número de jovens agricultores/nº de explorações agrícolas	41 Jovens Agricultores: 17 Mulheres e 24 Homens POR TIPO DE PRODUÇÃO Horticultura: 28 Jovens Agricultores Viticultura: 2 Jovens Agricultores Fruticultura: 1 Jovem Agricultor Outras Explorações (incluindo mistas): 9 Jovens Agricultores Grandes Culturas: 1 Jovem Agricultor 41/309 = 0,13	
2.1.1	II.4. Em que medida é que a instalação efectiva de jovens agricultores contribuiu para proteger o emprego?	Número de postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro (ETI) mantidos ou criados. Rácio {% de instalações apoiadas que estiveram na origem da prática da actividade agrícola a título principal}/{% de todas as instalações de agricultores a título principal}.	Situação Sem Projecto 3,679 1	Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta à questão. 64,016 Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta à questão.
<b>Melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas</b>				
2.1.2	VII.1. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento da competitividade dos produtos agrícolas através da melhoria e da racionalização da transformação e comercialização dos produtos agrícolas?	VII.1-1.1. Provas da racionalização dos processos de transformação e dos circuitos de comercialização (descrição, por exemplo, incluindo a tendência para a adopção das normas ISO 9000 por parte dos beneficiários). VII.1-2.1. Utilização da capacidade das estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%). VII.1-3.1. Alteração dos custos de transformação/comercialização por unidade de produto de base graças ao apoio (%).		Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta às questões.
2.1.2	VII.2. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento da competitividade e do valor acrescentado dos produtos agrícolas melhorando a respectiva qualidade?	VII.2-1.1. Percentagem de produtos agrícolas de base contidos nos produtos transformados/comercializados de melhor qualidade intrínseca provenientes das estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%): (a) produtos sujeitos a um controlo sistemático da qualidade graças ao apoio; (b) produtos em que a homogeneidade dos elementos do mesmo lote ou de lotes diferentes aumentou. VII.2-2.1. Percentagem de produtos provenientes das estruturas de transformação e comercialização apoiadas que são comercializados com um rótulo de qualidade (número de produtos e %): (a) no âmbito de sistemas de rotulagem de nível comunitário (%); (b) no âmbito de sistemas de rotulagem de nível nacional (%); (c) no âmbito de outros sistemas de rotulagem (%). VII.2-3.1. Valor acrescentado nas estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%).		
2.1.2	VII.3. Em que medida é que os investimentos apoiados melhoraram a situação do sector da produção agrícola de base?	VII.3-1.1. Tendência (em termos de quantidade e de preço) das compras de matérias-primas efectuadas pelas estruturas de produção/comercialização apoiadas. VII.3-2.1. Percentagem da oferta de produtos agrícolas de base aos produtores (transformação) ou operadores comerciais beneficiários que está dependente de contratos plurianuais ou de instrumentos equivalentes (%).		

Acção	Questões Comuns	Indicadores		Comentário
<b>Silvicultura</b>				
2.1.2	VII.5. Em que medida os investimentos apoiados contribuíram para a protecção do ambiente?	VII.5 - 2.1. Percentagem de estruturas de transformação e comercialização que introduziram melhorias ambientais graças ao co-financiamento (%): (a) em que a melhoria ambiental era a finalidade directa; (b) em que a melhoria ambiental era um efeito colateral (por exemplo, devido a uma nova tecnologia introduzida principalmente por outras razões); (c) em que o investimento apoiado obedecia a normas mais exigentes do que as normas mínimas em matéria de emissões (resíduos, efluentes de esgoto, fumos) provenientes directamente das instalações de transformação e comercialização (fim de ciclo); (d) em que os investimentos apoiados se relacionavam com a utilização dos recursos (água, energia, etc.) e os efeitos ambientais dos produtos após a sua saída das instalações de transformação/comercialização (transporte, embalagem, etc.).		Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta à questão.
		VIII.2.A-1.2. Percentagem de explorações filiadas em associações de proprietários florestais ou organizações semelhantes graças ao apoio (%).	Elementos não inventariados atendendo aos objectivos das superfícies florestais da RAM	
		VIII.2.A-2.1. Mercados suplementares apoiados, nomeadamente para produtos de pequenas dimensões/baixa qualidade (m <sup>3</sup> ).	Elementos não inventariados atendendo aos objectivos das superfícies florestais da RAM	
2.1.6	VIII.2.B. Em que medida é que as acções apoiadas permitiram que a silvicultura prestasse o seu contributo para os aspectos económicos e sociais do desenvolvimento rural através da manutenção e do desenvolvimento do emprego e de outras funções e condições socioeconómicas?	VIII.2.B-2.1. Volume da oferta a curto/médio prazo de produtos florestais de base para actividades de transformação em pequena escala a nível local (m <sup>3</sup> /ano).	Elementos não inventariados atendendo aos objectivos das superfícies florestais da RAM	Não há elementos que permitam determinar os indicadores e, desta forma, dar resposta à questão.
		VIII.2.B-3.1. Zonas ou sítios com atractivos/valor natural criados devido ao apoio [descrição, tendo em conta os conceitos de coerência perceptiva/cognitiva, diferenciação (homogeneidade/diversidade) e identidade cultural, assim como o número de hectares em causa].	Criação/Beneficiação de 12 sítios de recreio e lazer	
2.1.6	VIII.2.C. Em que medida é que as acções apoiadas permitiram que a silvicultura prestasse o seu contributo para os aspectos económicos e sociais do desenvolvimento rural através da manutenção e melhoria adequadas das funções de protecção da gestão florestal?	VIII.2.C-1.1. Zona plantada/gerida com finalidades de protecção (hectares).	6.540 ha	A informação existente relativa aos indicadores é largamente insuficiente, não permitindo responder à questão de avaliação. O único indicador existente aponta para a gestão/plantação, com fins de protecção, de uma área florestal extremamente reduzida, sem expressão a nível regional.
2.1.6	VIII.3.A. Em que medida é que as acções apoiadas contribuíram para assegurar melhor as funções ecológicas das florestas através da manutenção, conservação e melhoria adequadas da diversidade biológica?	VIII.3.A-1.1. Superfície plantada/regenerada/melhorada com espécies arbóreas autóctones (hectares): (a) com povoamentos mistos (hectares); (b) para conservação <i>in situ</i> de recursos genéticos (hectares).	454.51 ha	O facto dos indicadores apresentados permitirem verificar uma evolução muito favorável relativamente à situação verificada em 2003, permite concluir do papel relevante da Acção na melhoria das condições ecológicas da floresta madeirense.
		VIII.3.A-2.1. Sítios de importância crítica mantidos/melhорados graças ao apoio (hectares): (a) em zonas da rede Natura 2000 ou adjacentes; (b) protegidos de riscos naturais ou restabelecidos depois de terem sido danificados por catástrofes naturais.	a) 108.71 ha em Sítios de Rede Natura 2000	
		VIII.3.A-2.2. Tendência em matéria de protecção de espécies/variedades vulneráveis e não comerciais (isto é, que não são comercializadas) da fauna e da flora em terras abrangidas por acções apoiadas (descrição, por exemplo, número de espécies/variedades diferentes apoiadas e, se possível, evolução da abundância das espécies mais importantes).	35 Espécies da flora endémica/indígenas da Madeira	
		VIII.3.A-3.1. Superfície plantada em zonas onde a cobertura florestal é reduzida ou inexistente (hectares): (a) em zonas da rede Natura 2000 ou adjacentes (hectares); (b) em zonas que formam corredores entre habitats precários e isolados (hectares).	a) 108.71 ha em Sítios de Rede Natura 2000 b) 41 ha em habitats precários isolados	
		VIII.3.A-3.2. Criação de ecótonos (orla da floresta ...) com valor significativo para a fauna e a flora (quilómetros).		
2.1.6	VIII.3.B. Em que medida é que as acções apoiadas contribuíram para assegurar melhor as funções ecológicas das florestas através da manutenção da sua sanidade e vitalidade?	VIII.3.B-1.1. Volume das espécies em crescimento que sofreram menores danos graças a equipamento ou infra-estruturas apoiadas (m <sup>3</sup> /ano).		A informação existente relativa aos indicadores é largamente insuficiente, não permitindo responder à questão de avaliação. O único indicador existente aponta para a gestão/plantação, com fins de protecção, de uma área florestal extremamente reduzida, sem expressão a nível regional.
		VIII.3.B-2.1. Superfície onde foram criadas estruturas florestais ou introduzidas práticas silvícolas melhoradas com objectivos de prevenção de catástrofes naturais (hectares).	6.540 ha	
		VIII.3.B-3.1. Superfície protegida dos riscos naturais (incluindo os incêndios) ou restaurada depois de ter sido danificada por catástrofes naturais (hectares).	6.540 ha	

Acção	Questões Comuns	Indicadores		Comentário
<b>Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais</b>				
2.1.3; 2.1.6; 2.1.6	IX.2. Em que medida é que as condições de vida e de bem-estar da população rural foram mantidas em consequência das actividades sociais e culturais, da melhoria dos equipamentos colectivos ou da atenuação das desvantagens da sua situação periférica?	IX.2-1.2. Transportes/deslocações facilitadas ou evitadas devido a acções apoiadas (descrição e deslocações evitadas, em quilómetros e/ou horas por ano): a) para as explorações agrícolas (deslocações evitadas, em quilómetros e/ou horas por ano). b) Para a comunidade rural (deslocações evitadas, em quilómetros e/ou horas por ano).	a) 526 hectares de terras agrícolas cuja acessibilidade melhorou devido à construção/beneficiação de caminhos agrícolas e rurais, teleféricos e monta-cargas, numa extensão total de 49,8Km, beneficiando 2.467 explorações agrícolas; b) n.d.	Tal como referido na Avaliação de 2003, os caminhos agrícolas e rurais são uma das prioridades da medida, beneficiando, como se pode verificar, uma parcela significativa da população, área e nº de explorações agrícolas, tendo-se verificado uma evolução positiva entre avaliações.
2.1.3; 2.1.6; 2.1.7		IX.2-3.1. Percentagem da população rural que tem acesso a espaços naturais com valor recreativo ou a património rural/sítios preservados graças a acções apoiadas (%).	100% da população rural da RAM	
2.1.7		IX.2-3.2. Percentagem de habitações rurais melhoradas graças ao apoio (número e %): a) para turismo rural (%); b) como incentivo à permanência/instalação na Região (%).	0 (zero)	
2.1.2;2.1.3; 2.1.4;2.1.5; 2.1.7;2.1.8	IX.4. Em que medida é que as características estruturais da economia rural foram mantidas ou melhoradas?	IX.4-1.1. Percentagem de explorações agrícolas que beneficiaram de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas (número e % de explorações e hectares): a) de uma melhoria dos solos (número e % de hectares); b) de uma melhoria da irrigação (número e % de hectares); c) de melhorias relacionadas com a estrutura fundiária (número e % de hectares); d) de uma gestão mais profissional da exploração agrícola (número e % de explorações).	a) 3 explorações agrícolas – 0,72 ha; b) 9.458 explorações agrícolas – 3.874,7 ha; c) 4 explorações agrícolas - 8,5 ha; d) 0 (zero)	Os elementos disponíveis, embora incompletos, permitem confirmar o extenso <i>impacte</i> da medida na beneficiação das condições de irrigação, através do investimento em regadios.
2.1.2;2.1.3; 2.1.4;2.1.5		IX.4-1.2. Actividades produtivas novas/melhoradas relacionadas com a agricultura que foram apoiadas. Incluindo a comercialização de produtos agrícolas de qualidade (descrição).		
2.1.8		IX.4-2.2. Percentagem de terras danificadas que foram restabelecidas graças ao apoio (hectares e %).	0,72 hectares de terras agrícolas.	
2.1.3	IX.5-1.2. Redução das perdas de água das infra-estruturas de rega graças ao apoio (hectares beneficiados e m <sup>3</sup> /toneladas de culturas).	3.875 hectares beneficiados pelas infra-estruturas de rega.		
2.1.4;2.1.5; 2.1.6; 2.1.7	IX.5-1.3. Provas da existência de tendências positivas relacionadas com o ambiente no que se refere aos sistemas e práticas agrícolas, às infra-estruturas ecológicas ou ao uso dos solos devido às acções apoiadas.			
2.1.6; 2.1.7	IX.5. Em que medida é que o ambiente rural foi protegido ou melhorado?	IX.5-3.1. Provas da melhoria das terras não agrícolas, em termos de biodiversidade, paisagens ou recursos naturais, graças ao apoio.	As melhorias são visíveis pelo aumento das áreas arborizadas não agrícolas, que têm influência directa na valorização dos recursos naturais, paisagem, fomento da biodiversidade e controlo da erosão.	
2.1.4; 2.1.5		IX.5-4.1. Os agentes económicos das zonas rurais têm um acesso melhorado à informação ou ao intercâmbio de informação sobre actividades inócuas para o ambiente, graças a acções apoiadas (número. %): a) informação relativa a técnicas/práticas e sistemas agrícolas (número e %); b) informação relativa a actividades não agrícolas (número e %).	0 (zero)	

Indicadores Físicos da Medida 1.1					
Indicadores Físicos		Notas	Sit. Partida	2005	2006
Acção 1.1.1	Remodelação/ampliação de portos de recreio/marinas (nº)	a)	1	1	1
	Intervenções em Planos de Praia (nº)	b)	1	2	5
Acção 1.1.2	Recuperação de edifícios/monumentos históricos (nº)	b)	1	1,12	5
	Equipamentos culturais criados (nº)	b)	0	0,3	1
	Valorização do património histórico (nº)	b)	0	3	1
Acção 1.1.3	Acções de promoção turística (para a diversificação de mercados) (nº)	b)	245	638	370
Acção 1.1.4	Acções de animação turística apoiadas (nº)	b)	24	35	28
Indicadores Físicos da Medida 1.2					
Indicadores Físicos		Notas	Sit. Partida	2005	2006
Acção 1.2.1	Web sites criados (nº)	(b)	0	0,24	3
	Postos/Espaços Públicos de Acesso à Internet (nº)	(b)	0	3	12
	Campanhas de sensibilização/divulgação (nº)	(b)	0	-	200
	Computadores disponibilizados nos espaços públicos de acesso à internet( n.º) <sup>(1)</sup>	**	NP	-2	
	Computadores adquiridos (n.º) <sup>(1)</sup>	**	NP	-2	
	Nº de projectos de instalação e ampliação de infra-estruturas de rede informática	**	NP	0,92	
	Documentos Digitalizados/microfilmados (n.º) <sup>(2)</sup>	**	-	445.924	-
	Sistemas de Informação Geográfica implementados (nº)	***	OM	0,7	
	Produção Cartográfica elaborada (ha)	***		3.000	
Acção 1.2.2	Equipamento Informático adquirido (n.º)	***		1,35	
	Centros de Apoio à Criação de Empresas instalados (nº)	(b)	NA	-	1
	Projectos-piloto apoiados (nº)	(b)	0	-	80
	Acções de sensibilização/workshops/demonstrações/feiras tecnológicas (nº)	(b)	0	-	43
	Auditórios e centros de conferência/congressos/remodelados/ampliados (nº)	**	-	0,95	-
Acção 1.2.3	Infra-estruturas básicas e arranjos urbanísticos (nº)	**	-	0,52	-
	Projectos-piloto de internacionalização (nº)	(b)	0	-	140
	Missões empresariais – participação (nº)	(b)	0	-	10
Indicadores Físicos da Medida 1.3					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 1.3.1	Rede viária regional construída (km)	(b)	0	-	6
	Rede viária regional beneficiada (km)	**	-	1	-
Acção 1.3.2	Portos de pesca construídos (nº)	(a)/(c)	3	1	1
	Gares marítimas construídas (nº)	(a)	1	-	2
	Unidades de embarque/desembarque instaladas (nº)	(a)	0	-	3
	Barcos de transporte de passageiros adquiridos (nº)	*	-	1	-
	Portos de pesca beneficiados/ampliados (n.º)	**	-	1	-
	Estruturas terrestres de portos de pesca instaladas ou modernizadas (n.º)	**	-	1	-

a) Situação de Partida: n.º de infra-estruturas existentes em 2000.

b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada.

\* Correspondem aos indicadores de acompanhamento adicionais ou complementares que constam no Complemento de Programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas medidas/acções, até 31 de Dezembro de 2003.

\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora ainda não previstos no complemento de programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas Medidas/Acções, até 31/12/2003.

\*\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora previstos no complemento de programação, não estavam associados a esta Medida e Acção.

<sup>1</sup> A quantidade executada destes dois indicadores é nula, em virtude da desaprovação dos projectos POPIII/EP1/M2/0001 – Uma Família, Um Computador (5195 computadores adquiridos e distribuídos até 31 de Dezembro de 2004) e POPIII/EP1/0002 – Um Computador para Todos (414 computadores disponibilizados nos espaços públicos de Internet até 31 de Dezembro de 2004) na 49ª Reunião da Unidade de Gestão de 31 de Maio de 2005.

<sup>2</sup> No projecto POPIII/EP1/M2/0006 houve alteração do Indicador 1.062.514 – Bibliotecas com acesso à Internet para o Indicador 1.052.105 – Documentos Digitalizados/microfilmados, deixando de existir quantificação do Indicador Bibliotecas com acesso à Internet.

NP – não previsto no Complemento de Programação, mas relevante para a execução da medida.

NA – Não aplicável.

OM – Indicador previsto no Complemento de Programação, mas associado a outra medida.

INDICADORES FÍSICOS POR MEDIDA

Indicadores Físicos da Medida 1.4					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 1.4.1	Sistemas de Informação Geográfica implementados (nº)	(b)	0	-	2
	Instalação/reconversão de estruturas de monitorização (nº)	(b)	0	1,6	6
	Campanhas de sensibilização ambiental realizadas (nº)	(b)	0	-	6
	Acções por tip. de serv.: enq. e apoio a ser. téc. espec. de base local (nº)	**	-	54	-
	Construção de centrais solares/fotovoltaica (Redes Climatológicas) (nº)	**	-	71	-
	Estudos e Projectos Técnicos (nº)	**	-	1	-
Acção 1.4.2	Zona urbana degradada do ponto de vista ambiental recuperada (nº)	(b)	1	1,45	3
	Acções de requalificação em bacias/lagoas (nº)	**	-	1	-
	Projectos de requalificação ambiental (nº)	**	-	0,45	-
	Áreas de lazer criadas e recuperadas (nº)	**	-	1	-
Acção 1.4.3	Portos remodelados/ampliados (nº)	(b)	1	1	-
	Linhas de água (ribeiras) objecto de acções de correcção torrencial (nº)	(b)	0	6,66	9
	Extensão de costa intervencionada (m)	*	-	210	-
	Plataformas logísticas construídas (nº)	**	-	1-	-
	Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas (nº)	**	-	1-	-
Acção 1.4.4	Cont./recipientes (incl. os dos eco pontos) adquiridos/instalados (nº)	(b)	7.637	6.850	19.969
	Equipamento de recolha de resíduos adquirido (nº)	(b)	62	119	171
	ETAR's construídas (nº)	(b)	1	5,18	6
	ETAR's remodeladas/ampliadas (nº)	(b)	0	-	1
	Redes de drenagem águas residuais construídas (m)	(b)	23.000	118,04	149.800
	Redes de drenagem águas residuais remodeladas/ampliadas (km)	(b)	13	13,5	-
	Estações elevatórias construídas (nº)	***	-	6,05	10
	Rede de drenagem de águas pluviais remodelada/ampliada (m)	**	-	973	-
	Rede de drenagem e tratamento de águas residuais construída (km)	**	-	11	-
	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada (km)	**	-	1,89	-
	Ilhas com planos de recursos hídricos (nº)	**	-	0,61	-
Acção 1.4.5	ETA's construídas (nº)	(b)	6	4	6
	ETA's remodelada/ampliada (nº)	**	-	1	-
	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada (km)	(b)	40	62,92	187
	Rede de abastecimento de água construída (km)	(b)	85	24,76	141
	Diques e Açudes beneficiados (nº)	*	-	1	-
	Ilhas com planos de recursos hídricos (n.º)	**	-	1,92	-
	ETAR remodeladas/ampliadas (nº)	**	-	1	-
	Inst./Sub./Renovação da Rede de Transporte/Distribuição de Água (%)	**	-	99,32	-
	Rede de Drenagem de águas residuais remodelada/ampliada (km)	**	-	0,75	-
Rede de Drenagem de águas residuais construída (km)	***	-	0,97	-	

Fonte: Complemento de Programação do POPRAM III (versão de Dezembro de 2004) e IFC, 2005

(a) Situação de Partida: nº de infra-estruturas existentes em 2000

(b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada.

(c) Situação de Partida: Porto do Funchal; Porto do Caniçal; Porto do Porto Santo.

\* Correspondem aos indicadores de acompanhamento adicionais ou complementares que constam no Complemento de Programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas medidas/acções, até 31 de Dezembro de 2003.

\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora ainda não previstos no complemento de programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas Medidas/Ações, até 31/12/2003.

\*\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora previstos no complemento de programação, não estavam associados a esta Medida e Acção.

Indicadores Físicos da Medida 1.5				
Indicadores Físicos		S.P.	2005	2006
Acção 1.5.1	Jovens que frequentaram acções de formação (nº)	4.556	6.102	4.200
	Projectos/acções apoiados (nº)	286	408	262
Acção 1.5.2	Jovens que frequentaram acções de formação (nº)	1.625	2433	2.300
	Projectos/acções apoiados (nº)	101	135	143
Acção 1.5.3	Activos empregados que frequentaram acções de formação (Funcionários públicos) (nº)	13.900	24.237	17.400
	Activos empregados que frequentaram acções de formação (Outros activos) (nº)	24.901	21.745	26.100
	Acções projectos (nº)	2.195	2.844	2.420
Acção 1.5.4	Formandos abrangidos (nº)	480	1.644	2.800
	Projectos/acções apoiadas (nº)	97	110	100
	Horas de formação (nº)	150.000	591.392	700.000
Acção 1.5.5	Indivíduos abrangidos (nº)	2.106	2.718	3.800
	Acções/projectos apoiados (nº)	134	145	210
Acção 1.5.6	Indivíduos que frequentaram acções de formação (professores) (nº)	5.150	9.415	5.460
	Indivíduos que frequentaram acções de formação (formadores) (nº)	5.009	3.065	3.640
	Projectos/acções apoiadas (nº)	385	656	364
Acção 1.5.7	Projectos apoiados (nº)	n. a.	76	70
Acção 1.5.8	Adultos desempregados que frequentaram acções de formação (nº)	1.503	1.113	1.050
	Projectos/acções apoiados (nº)	81	96	70
Acção 1.5.9	Jovens envolvidos (nº)	1.446	2.179	2.900
	Postos de trabalho criados (directos) (nº)	n. a.	436	900
	UNIVA criadas (nº)	n. a.	2	14
Acção 1.5.10	Adultos envolvidos (nº)	461	1525	1.630
	Postos de trabalho criados (directos) (nº)	n. a.	628	140
	Clubes de emprego criados (nº)	n. a.	8	14
Acção 1.5.11	Beneficiários envolvidos (nº)	4.974	2.852	5.500
	Postos de trabalho criados (nº)	n. a.	408	250
Acção 1.5.12	Beneficiários envolvidos (nº)	367	258	400
	Postos de trabalhos criados (nº)	n. a.	253	370

Indicadores Físicos da Medida 1.6					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 1.6.1	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada (km)	(b)	40	3,35	187
	ETA construídas (nº)	(b)	6	0,17	6
	Rede de abastecimento de água construída (km)	(b)	85	3,63	141
	Reservatórios construídos (nº)	*	-	4	-
	Reservatórios remodelados/ampliados (nº)	*	-	5	-
	Ilhas com planos de recursos hídricos (nº)	**	-	0,85	-

Indicadores Físicos da Medida 1.6 (resumo do contributo agregado da Acção 1.4.5 e Medida 1.6)					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 1.6.1	Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada (km)	(b)	40	28,11	187
	ETA construídas (nº)	(b)	6	4,17	6
	Rede de abastecimento de água construída (km)	(b)	85	66,55	141

Fonte: Complemento de Programação do POPRAM III (versão de Dezembro de 2004) e IFC, 2005

n.a. – Não aplicável

(a) Situação de Partida: nº de infra-estruturas existentes em 2000

(b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada.

(c) Situação de Partida: Porto do Funchal; Porto do Caniçal; Porto do Porto Santo.

\* Correspondem aos indicadores de acompanhamento adicionais ou complementares que constam no Complemento de Programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas medidas/acções, até 31 de Dezembro de 2003.

\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora ainda não previstos no complemento de programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas Medidas/Acções, até 31/12/2003.

\*\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora previstos no complemento de programação, não estavam associados a esta Medida e Acção.

Indicadores Físicos da Medida 2.1					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 2.1.1	Jovens agricultores, 1ª instalação (nº)	(b)	71	41	150
	Jovens agricultores, 1ª instalação (Mulheres)	(b)	-	17	80
Acção 2.1.2	Projectos de investimento apoiados visando a modernização produtiva (nº)	(b)	12	6	12
	Projectos de investimento visando novos produtos (nº)	(b)	1	0	4
Acção 2.1.3	Explorações beneficiadas	(b)	1.000	9.458	2.000
	Caminhos novos e melhorados – extensão (km)	(b)	49	49,8	40
Acção 2.1.4	Ensaio de demonstração (nº)	(b)	0	5	15
	Entidades certificadas/acreditadas (nº)	(b)	0	0	100
Acção 2.1.5	Serviços de gestão de empresas agrícolas e de serviços produtivos comuns apoiados	(b)	0	0	3
	Agricultores beneficiados (nº)	(b)	0	0	600
Acção 2.1.6	Área florestal intervencionada (ha)	(b)/(a)	406	534	2.000
	Planos Globais de Prevenção (nº)	(b)	0	10 <sup>c</sup>	10
Acção 2.1.7	Projectos globais de intervenção, de recuperação e valorização do património associado às actividades agrícolas (nº)	(b)	0	0	10
	Projectos de preservação e valorização da paisagem (nº)	(b)	0	0	10
Acção 2.1.8	Projectos visando a reposição do potencial produtivo (em % das explorações afectadas)	(b)	0	0	80
Acção 2.1.9	Projectos visando a participação em fundos ou sociedades de capital de risco ou de investimentos (nº)	(b)	0	0	1
	Projectos visando o desenvolvimento de Fundos ou Sociedades de Garantia Mútua (nº)	(b)	0	0	1

(a) Situação de Partida: área florestal objecto de intervenções dirigidas à florestação (ha).

(b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada.

(c) Houve a opção de fazer um plano único para a Região em vez dos 10 planos parcelares programados.

\*\* Correspondem aqueles indicadores que embora ainda não previstos no complemento de programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas Medidas/Acções, até 31/12/2003.

Indicadores Físicos da Medida 2.2				
Indicadores Físicos		S.P.	2005	2006
Acção 2.2.1	Embarcações retiradas (TAB)	1.220	1.506	1.700
	Embarcações retiradas (GT)	1.220	1.508	1.700
	Embarcações retiradas (KW)	4.563	5.204	5.900
Acção 2.2.2	Embarcações construídas (GT)	1.231	34	1.500
	Embarcações construídas (KW)	5.162	179	6.000
	Embarcações modernizadas (variação GT)	0	0	70
	Embarcações modernizadas (variação KW)	0	55	500
	Aumento da produção aquícola off-shore (ton/ano)	120	0	240
	Aumento da capacidade de transformação (ton/ano)	3.410	0	2.000
	Aumento da capacidade de congelação (ton/dia)	104	36	46
	Aumento da capacidade de armazenagem frigorífica (ton)	3.730	900	1.500

Indicadores Físicos da Medida 2.3					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 2.3.1	Pequenas e micro-empresas apoiadas (nº)	(b)	n. a.	369	300
	Pequenas e micro-empresas criadas (nº)	(b)	n. a.	333	75
Acção 2.3.2	Instrumentos complementares de apoio financeiro à actividade produtiva (nº)				1
	Sociedade de Garantia Mútua (nº)	(a)	0	-	1
	Sociedade Financeira (nº)	(a)	0	-	1
	Projectos de cooperação empresarial apoiados (nº)	(b)	n. a.	-	15
	Acções de promoção dos produtos regionais (nº)	**	-	274	-
	Estudos de mercado e inquéritos ao consumo (nº)	**	-	1,75	-
	Participação em fundos de capital de risco (nº)	**	-	1	-

Acresce o volume crescente de desistências de projectos aprovados no âmbito da mesma acção, resultado sobretudo da incapacidade de cumprimento do contributo financeira privado para a concretização dos investimentos candidatados.

(a) Situação de Partida: número de infra-estruturas existentes em 2000

(b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada;

(n. a) Não aplicável, uma vez que no POPRAM II a natureza dos apoios e as actividades abrangidos eram distintos.

INDICADORES FÍSICOS POR MEDIDA

Indicadores Físicos da Medida 2.4					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 2.4.1	Rede viária municipal construída (km)	(b)	0	-	1,7
	Rede viária regional construída (km)	(b)	17	24,40	40
	Rede viária urbana construída (km)	(b)	2	-	5
	Rede viária urbana beneficiada (km)	(b)	0	-	0,6
Acção 2.4.2	Rede viária municipal construída (km)	(b)	46	15,91	18,6
	Rede viária regional construída (km)	(b)	0	-	4,7
	Rede viária urbana construída (km)	(b)	3	-	5,3
	Rede viária municipal beneficiada (km)	(b)	2	1,25	1,5
Indicadores Físicos da Medida 2.5					
Indicadores Físicos			S. P.	2005	2006
Acção 2.5.1	Escolas do ensino básico construídas (nº)		171	9,96	15
	Escolas do ensino secundário construídas (nº)		18	1	1
	Salas de aula apetrechadas/equipadas (nº)		-	1068	
	Centros de apoio remodelados/ampliados (nº)		-	1	-
	Piscinas cobertas construídas (nº)		-	3,25	-
Acção 2.5.2	Zonas habitacionais reabilitadas (nº)		0	10,52	-7
	Área de habitação social infra estruturada (m <sup>2</sup> )		0	26.140,76	275.000
	Área bruta de equipamentos de apoio social criada (m <sup>2</sup> )		0	528	23.700
	Apartamentos de reinserção construídos (nº)			72	
Acção 2.5.3	Centros de saúde construídos (nº)		52	8,81	2
	Estruturas hospitalares readaptadas (nº)		8	1,73	1
Indicadores Físicos da Medida 2.6º					
Indicadores Físicos		Notas	S.P.	2005	2006
Acção 2.6.1	Rede viária municipal beneficiada (km)	(b)	0	-	5,88
	Rede viária regional beneficiada (km)	(b)	0	5	6,7
	Rede viária regional construída (km)	(b)	5,63	-	0,8
	Rede viária municipal construída (km)	*	-	0,8	-
Acção 2.6.2	Portos remodelados/ampliados (nº)	(a)/(c)	1	-	1
Acção 2.6.3	Acções de lançamento de serviços de apoio às empresas (nº)	(b)	0	1	2
	Infra-estruturas de apoio à actividade económica construídas: parques de actividades económicas (nº)	(a)	0	1	1
	Área infra estruturada para acolhimento empresarial (m <sup>2</sup> )	**	-	23.874	-
	Centros culturais construídos (nº)	**	-	1	-
Acção 2.6.4	Projectos apoiados (nº)	(b)	0	-	3
	Intervenções em Planos de Praia (nº)	**	-	0,30	-
Acção 2.6.5	Acções de promoção turística realizadas (nº)	**	-	85	-

Fonte: Complemento de Programação do POPRAM III (versão de Dezembro de 2004) e IFC, 2005

(a) Situação de Partida: número de infra-estruturas existentes em 2000.

(b) Situação de Partida: valores acumulados referentes à realização no período 1994-1999, tendo por base a informação constante dos Relatórios Anuais de Execução do POPRAM II, devidamente actualizada;

\* Correspondem aos indicadores de acompanhamento adicionais ou complementares que constam no Complemento de Programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas medidas/acções, até 31 de Dezembro de 2003.

\*\*Correspondem aqueles indicadores que embora ainda não previstos no complemento de programação e que permitem retratar a execução dos projectos aprovados e enquadrados nas respectivas Medidas/Acções, até 31/12/2003.